



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SENTIMENTO DE VERGONHA EM ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS, UM ESTUDO NA MORALIDADE

Mayara Gama de Lima

Vitória

2015

MAYARA GAMA DE LIMA

SENTIMENTO DE VERGONHA EM ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS, UM ESTUDO NA MORALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Profª Drª Heloisa Moulin de Alencar.

UFES
Vitória, 2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

L732s Lima, Mayara Gama de, 1989-
Sentimento de vergonha em estudantes universitários, um estudo na moralidade / Mayara Gama de Lima. – 2015.
110 f.

Orientador: Heloisa Moulin de Alencar.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Vergonha. 2. Afetividade. 3. Estudantes universitários. 4. Moralidade. I. Alencar, Heloisa Moulin de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

MAYARA GAMA DE LIMA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Heloisa Moulin de Alencar – Orientadora, UFES

Dr^a. Alline Nunes Andrade - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira (INEP)

Prof. Dr. Sávio Silveira de Queiroz – UFES

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____

*Esta dissertação é dedicada aos meus pais, Mariza e Eurico,
por me ensinarem sempre o melhor caminho a seguir.*

AGRADECIMENTOS

À **Deus!**

Aos meus pais, **Mariza Gama de Lima** e **Eurico Ferreira de Lima**, pelo apoio por investirem nos meus sonhos e projetos. E meus irmãos pelo carinho e companhia, somos uma ótima equipe amo muito vocês. As minhas conquistas também são de vocês. Agradeço pela presença constante, pelo carinho que demonstram por mim.

Ao meu amado, **Cícero Dufroyer Chicon**, meu eterno namorado. Pelo carinho e incentivo em todos os momentos, por estar sempre ao meu lado e ser este refúgio que me acalma. Obrigada por sempre acreditar em mim.

À minha prezada orientadora, **Heloisa Moulin de Alencar**, pelos ensinamentos e pelas orientações. Tem sido uma benção em minha carreira e em minha vida trabalhar com você, uma grande mestra. Obrigada por ser sempre tão atenciosa, paciente e generosa.

Às minhas queridas alunas, **Anna Beatriz Mariano** e **Mariana Scalfoni**. Foi uma jornada muito gratificante esta iniciação científica. Obrigada pela parceria e dedicação a este trabalho, vocês foram maravilhosas.

Aos membros do Laboratório de psicologia da moralidade (**Lapsim**) que direta ou indiretamente contribuíram com este estudo, por meio das discussões e contribuições enviadas. É sempre bom trabalhar com vocês.

Aos professores da banca de qualificação, **Cláudia Broetto Rossetti**, **Fernanda Helena Freitas Miranda** e **Sávio Silveira de Queiroz**, pelas preciosas contribuições. Obrigada por todo apoio e carinho.

Aos **professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia** da UFES, pelas preciosas aulas ministradas. A **Maria Lúcia Ribeiro Fajóli**, secretária do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, que sempre esteve disposta a ajudar nos assuntos acadêmicos.

Aos **professores dos cursos de graduação de arquitetura e direito**, que me receberam em suas salas de aula, e disponibilizaram um tempo para que pudéssemos realizar a pesquisa. Muito Obrigada pela atenção e disponibilidade.

Aos **estudantes universitários** que participaram dessa pesquisa, que em meio a correria da sala de aula disponibilizaram-se a contribuir com esse estudo.

À **Capes** pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

1-	INTRODUÇÃO.....	01
2-	MORAL E ÉTICA.....	06
3-	O SENTIMENTO DE VERGONHA.....	15
4-	OBJETIVOS.....	34
5-	METODOLOGIA.....	35
5.1-	Estudo 1.....	35
5.1.1-	Participantes.....	35
5.1.2-	Instrumento.....	36
5.1.3-	Procedimento.....	36
5.1.4-	Tratamento e análise dos dados.....	36
5.2-	Estudo 2.....	38
5.2.1-	Participantes.....	38
5.2.2-	Instrumento.....	39
5.2.3-	Procedimento.....	40
5.2.4-	Tratamento e análise dos dados.....	41
6-	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	42
6.1-	Estudo 1.....	44
6.2-	Estudo 2.....	51
7-	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
8-	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
	APÊNDICES IMPRESSOS.....	98
A.	Carta de aprovação do Comitê de Ética em pesquisa.....	98
B.	Questionário do estudo 1.....	101
C.	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Estudo 1.....	106
D.	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Estudo 2.....	108
	APÊNDICES DIGITALIZADOS.....	110
DA.	Exemplos de protocolos de entrevistas	
DB.	Exemplos de panoramas de entrevistas	
DC.	Tabelas de cruzamentos do estudo 1	
DD.	Tabelas de frequências do estudo 2	
DE.	Dissertação	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados dos participantes da pesquisa do estudo 2.....	38
Tabela 2	Levantamento a cerca da intensidade do sentimento de vergonha em diferentes situações.....	45
Tabela 3	Definições para o sentimento de vergonha.....	51
Tabela 4	Justificativas para os exemplos de situações que os fazem sentir vergonha.....	57
Tabela 5	Justificativas para a questão sobre se o protagonista deve sentir ou não vergonha.....	71

LISTA DE SIGLAS

ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
GT	Grupo de Trabalho
LILACS	Literatura Latino-americana e do Caribe em ciências da saúde
PEPSIC	Periódicos Eletrônicos em Psicologia
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
TOSCA	Test of Self-Conscious Affect

Lima, M. G. (2015). *Sentimento de vergonha em estudantes universitários, um estudo na moralidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

RESUMO

Nesta dissertação dedicamo-nos a investigar o sentimento de vergonha baseado no julgamento e no juízo de valor moral de universitários. A proposta é desenvolver tal objetivo em dois estudos. No primeiro, realizamos um levantamento por meio de um questionário acerca do julgamento sobre a presença e/ou intensidade do sentimento de vergonha em diferentes situações: de exposição, de impotência, de fracasso, bem como em contextos morais ligados à generosidade, honra, justiça, roubo, mentira e vergonha de vergonha de condição. Participaram 104 universitários do curso de Direito e 98 de Arquitetura e Urbanismo, totalizando 202. Com base no primeiro estudo foram selecionados os participantes do segundo. Neste, realizamos entrevistas individuais, com base no método clínico proposto por Piaget (1932/1994). Buscamos investigar o juízo de valor moral sobre a vergonha, com ênfase nos seguintes aspectos: a concepção do sentimento, o juízo moral sobre a história fictícia de honra e as justificativas apresentadas pelos participantes para cada um desses tópicos. No estudo 1, verificou-se que as histórias envolvendo valores morais (honra, justiça, roubo, mentira e vergonha de vergonha de condição) alcançaram percentuais maiores quanto à presença de vergonha do que as que envolviam conteúdos que não eram claramente morais (fracasso, impotência e exposição). Na primeira parte do estudo 2, os dados revelam que o juízo de valor moral da vergonha envolve conteúdos que a equivalem a um controle externo e a um controle interno, sendo encontradas com maior frequência as categorias *juízo e/ou olhares alheios* e *autojuízo*, respectivamente. Na segunda parte do estudo 2, a maioria

dos participantes atribuiu o sentimento de vergonha ao protagonista da história de honra, e as justificativas fazem alusão principalmente à vergonha como correspondente a um controle interno e externo simultaneamente, e o argumento mais utilizado refere-se ao fato de que a *reação foi na forma errada*. Esperamos, com o presente trabalho, contribuir com a reflexão sobre a relação entre o sentimento da vergonha e o universo moral de estudantes universitários. Assim, ao destacar que o sentimento de vergonha equivale tanto a um controle interno quanto externo, almejamos subsidiar e promover a realização de outros estudos que investiguem a influência da afetividade na moralidade. Esperamos também que a presente pesquisa possa fornecer subsídios para propostas de intervenção e educação em valores morais que visem às virtudes como centrais para a construção de personalidades éticas.

Palavras-chave: Moralidade, vergonha, afetividade, universitários.

Lima, M. G. (2015). *Feelings of shame in university students, a study in morality*. Master's Degree Dissertation. Post Graduation Program in Psychology. Federal University of Espírito Santo, Vitória, ES.

ABSTRACT

In this study we investigate the feeling of shame based on the judgment and in the moral judgement of university students. The proposal is to develop this goal in two studies. In study 1, we conducted a survey through a questionnaire about the judgment of the presence, and/or intensity, of the feeling of shame in different situations: of exhibition, of powerlessness, of failure, as well as in moral contexts linked to generosity, honor, justice, stealing, lying and shame of shame of condition. We gathered 104 Law, and 98 Architecture and Urbanism students, totaling 202. From this results we selected the participants for the study 2, in which individual interviews based on the clinical method proposed by Piaget (1932/1994) were conducted. We pursue to investigate the moral value judgement about shame emphasizing the following aspects: the feeling conception, the moral judgement on the fictional story of honor, and justifications presented by the participants for each of these topics. In study 1, it was found that the stories involving moral values (honor, justice, stealing, lying and shame of shame of condition) reached higher percentages for the presence of shame than those involving contents that were clearly not moral (failure, powerlessness and exposure). In the first part of study 2, the data showed that the moral value judgement of shame involve contents that are equivalent to an external and internal control, being found more frequently the categories *judgement and/or alien looks* and *self judgement*, respectively. In the second part of the study 2, most participants attributed the sense of shame to the protagonist of the honor history, and the justifications allude mainly to shame as

correspondent to an internal and external control, in which the most used argument refers to fact that the *reaction was in the wrong way*. With this work, we expect to contribute to a reflection on the relation between the feeling of shame and the moral universe of college students. Thus, emphasizing that the feeling of shame involves an internal and external control, we aim to support and promote other studies that may investigate the influence of affection in morality. We also hope that this research will provide subsidies for proposals of intervention and education in moral values that aims to virtues as central to build ethical personalities.

Keywords: Morality, shame, affection and college students

1- INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta dissertação é resultado de uma trajetória de estudos no campo da Psicologia da Moralidade. Na etapa da graduação, participamos por três anos, de 2009 a 2012, do Programa de Iniciação Científica em uma investigação de abrangência nacional, que contou com a presença de pesquisadores de diferentes universidades brasileiras, membros do grupo de trabalho (GT) Psicologia e Moralidade, pertencentes à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). O objetivo do projeto era conhecer e analisar experiências de educação em valores morais bem sucedidas no país. Durante a participação nessa pesquisa, realizaram-se grupos de estudos e leituras direcionados para o tema das virtudes e da educação em valores morais, fato que despertou um maior interesse pela área da moralidade e especialmente pela sua particular dimensão afetiva.

Embora a maior parte dos estudos desses temas tenham se concentrado na dimensão cognitiva do desenvolvimento, a dimensão afetiva não é e não pode ser negligenciada, pois, como afirma Piaget (1954/2005a), os desenvolvimentos cognitivo e afetivo são de fundamental importância para o funcionamento psíquico, e ocorrem de maneira paralela e complementar.

La Taille investigou a gênese dos sentimentos morais e da fronteira da intimidade (La Taille 1996a, 1996b, 2000b, 2006b; La Taille, Bedoian & Gimenez, 1991; La Taille, Maiorino, Storto & Roos, 1992; La Taille, Duarte & Mello, 1993), destacando que o sentimento de vergonha desempenha um papel importante na moralidade, ao lado de outros sentimentos morais. Assim, no decorrer de uma revisão inicial de literatura, verificou-se a importância dos trabalhos de Yves de La Taille para este estudo.

Dado o exposto, propomo-nos realizar uma investigação direcionada para o sentimento de vergonha no universo moral de universitários. Dessa forma, procuramos nos debruçar sobre o julgamento e o juízo de valor moral da vergonha e não sobre a experiência

do sentimento. No julgamento, apreendem-se apenas as sentenças apontadas pelos participantes para as respostas e não o raciocínio para chegar a elas, ao passo que, ao se investigar o juízo, busca-se acompanhar o raciocínio desses para chegar às respostas apresentadas (La Taille, 1992). Assim, investigamos o sentimento de vergonha por meio de dois estudos. O primeiro envolve um levantamento, por meio de um questionário, a respeito do julgamento moral da vergonha em nove situações diferentes, que abarcam contextos de conteúdos morais, de exposição, de fracasso e de impotência. E no estudo 2 realizamos uma investigação acerca do juízo de valor moral dos estudantes sobre a vergonha por meio de uma entrevista clínica.

O sentimento de vergonha envolve uma experiência avassaladora e desagradável, muitas vezes resultado de uma situação de humilhação na qual a própria honra se encontra em jogo (Anolli, 2003). Desse modo, o sentimento de vergonha pode remeter tanto a valores positivos quanto negativos, vincular-se com a moralidade, e possibilita se entender, do ponto de vista psicológico, as condutas morais e imorais (La Taille, 2002b). Trata-se, portanto, de um sentimento moral que pode agir como regulador da ação moral, sendo de alta relevância a compreensão desse sentimento, para se pensar em estratégias para uma educação que objetiva o agir moral.

Dado a importância desse sentimento, evidenciou-se que se trata de um tema atual e provocador visto que se apresenta como uma temática de relevante questionamento para professores e coordenadores de cursos superiores, bem como para os pesquisadores e estudiosos da moralidade, pois pode subsidiar as propostas de políticas públicas e intervenções em educação em valores.

Dessa maneira, com base no que foi exposto, pode-se afirmar que a presente pesquisa enfoca um tema de interesse para a área da psicologia da moralidade por se tratar de um estudo empírico envolvendo universitários e um sentimento moral que participa da gênese da

moralidade e da ética, sendo assim um assunto relevante e atual. Portanto, aumenta o campo de conhecimento sobre a temática abordada, podendo favorecer a compreensão sobre o sentimento de vergonha.

Diante do exposto, optou-se, primeiramente, por uma revisão de literatura com o propósito de inquirir sobre os trabalhos que versam sobre o sentimento de vergonha na área da Psicologia. O período escolhido referente à data de publicação dos periódicos pesquisados foi de 1990 a 2014. Para a revisão de literatura, a busca iniciou-se pelo Portal de periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o qual permitiu o acesso às bibliotecas eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO-Brasil), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e ao *Google* acadêmico. Por meio do Periódico CAPES, fez-se uma busca pelos termos em português: vergonha e honra, vergonha e culpa, vergonha e moral, vergonha e humilhação. E em inglês os termos foram: *shame, guilt, honor, humiliation e morality*. A escolha desses termos justifica-se, pois se tem como ponto de partida a já citada obra icônica para o tema em estudo, de Yves de La Taille, *Vergonha, a ferida moral*, publicada no ano de 2002, e, também, pelo fato de os vocábulos vergonha, humilhação e honra estarem articulados em vários trabalhos (Alencar, 2003; Alencar & La Taille, 2007; Andrade & Alencar, 2010; Araújo, 1998, 1999, 2001; Borges & Alencar, 2006; La Taille et al., 1992; La Taille, 1997, 1996a, 2000b, 2002a, 2002b, 2006b, 2007).

Nesse contexto, foi feita uma triagem nos resultados das buscas e, após a leitura dos resumos dos artigos encontrados, aqueles que versavam sobre o sentimento de vergonha passaram a integrar o presente trabalho, sendo excluídos os que apenas citavam o referido sentimento. Nos trabalhos selecionados, realizou-se também uma busca nas referências por eles citados.

Além dos estudos encontrados nos bancos de dados, serão utilizados como base para a realização desta pesquisa livros importantes para a discussão sobre o desenvolvimento moral e para o sentimento de vergonha (Araújo, 1999; Comte-Sponville, 2009; Harkot-de-La-Taille, 1999; La Taille, 1992, 2002b, 2006b; Piaget 1932/1994; Pitt-Rivers, 1965; Puig, 1998; Ricoeur, 2014; Tugendhat, 1996).

Conforme poderá ser observado nos capítulos de fundamentação teórica desta dissertação, há no Brasil poucos trabalhos que versam sobre o juízo e o julgamento moral sobre a vergonha em comparação aos que investigam a gênese desse sentimento. Além disso, esses estudos envolvem principalmente crianças e adolescentes, e poucos abordam a população jovem e adulta. Desse modo, torna-se importante e imprescindível um estudo sobre o sentimento de vergonha que investigue o juízo moral com o público adulto, ainda pouco explorado.

Para esclarecimento da base teórica utilizada neste estudo, inicialmente, o Capítulo 2 - “*Moral e ética*”, expõe os principais fundamentos teóricos relevantes para o nosso trabalho, fazendo considerações sobre o desenvolvimento moral e promovendo discussões sobre os planos moral e ético, e sobre o querer fazer moral e a dimensão afetiva.

Na sequência, o Capítulo 3, “*O sentimento de vergonha*”, discorre acerca das emoções de forma geral; da vergonha em relação à culpa, embaraço, honra e humilhação; do conceito de vergonha propriamente dito; das situações que podem desencadear a vergonha; e, por fim, exibem-se os estudos mais recentes sobre o tema.

Os *objetivos* norteadores do presente estudo encontram-se no Capítulo 4, seguido pela *metodologia* proposta para contemplar tais objetivos no Capítulo 5. A metodologia foi dividida em dois estudos: no primeiro, o instrumento foi um questionário, aplicado a 202 acadêmicos, e, no segundo, optou-se por uma entrevista com 40 participantes, por meio do método clínico.

O Capítulo 6 é dedicado à apresentação e à análise dos resultados obtidos. A apresentação desse capítulo também foi dividida de acordo com os dois estudos propostos, sendo o subcapítulo (6.1) *Estudo 1: Julgamento moral a respeito da presença e/ou intensidade de vergonha em diferentes situações*, e (6.2) *Estudo 2: Juízo de valor moral dos universitários relacionado ao sentimento de vergonha*.

Por fim, o Capítulo 7 traça as *Considerações Finais* da dissertação. Nesse capítulo, encontram-se resumidos os principais resultados encontrados, além de se estabelecer articulações entre os dados dos dois estudos realizados. Por último, entram em evidência as contribuições do presente trabalho para a área da psicologia da moralidade, e também a sugestão de pesquisas que podem ser realizadas futuramente.

2- MORAL E ÉTICA

Este capítulo examinará os principais fundamentos teóricos relevantes para o presente trabalho, estabelecendo considerações acerca do desenvolvimento moral e promovendo discussões sobre os planos moral e ético, e sobre o querer fazer moral e a dimensão afetiva.

A psicologia da moralidade é uma ciência dedicada a desvendar por meio de quais processos mentais uma pessoa legitima, ou não, regras, princípios e valores morais (La Taille, 2006b). Portanto, não se trata apenas do estudo das regras e valores morais, ou o que é ou não moral, mas sim dos processos pelos quais o sujeito passa a legitimar a moral. A moralidade, por sua vez, é o onde a afetividade e a cognição se encontram, de acordo com La Taille (1992), algumas vezes sob a forma de confronto.

O estudo empírico da moralidade humana em psicologia teve início com o epistemólogo Jean Piaget, considerado como o grande precursor, aquele que iniciou as pesquisas em Psicologia referentes à moralidade. Piaget publicou suas pesquisas em 1932, no livro *“O juízo moral na criança”*. Apesar de não ter prosseguido seus estudos sobre a moral, sua obra tornou-se um clássico da literatura psicológica contemporânea e uma referência indispensável para pesquisadores da área da moralidade.

Para compreender a evolução da moralidade infantil, Piaget (1932/1994) entrevistou crianças de 5 a 12 anos sobre regras de jogos e dilemas morais, abordando situações habituais como roubo, mentira, desajeitamento e justiça. Com relação aos dilemas morais, as crianças respondiam a um inquérito, no qual eram juízas dos casos apresentados. Para tanto, Piaget empregou o método clínico, que permite ao pesquisador acessar o raciocínio selecionado pela criança para justificar sua resposta, ou seja, o seu juízo moral em evidência, na ocasião das entrevistas.

De acordo com Piaget (1932/1994), no decorrer do desenvolvimento moral, a criança passa por uma evolução da consciência e da prática das regras: anomia, heteronomia e

autonomia. É importante ressaltar, entretanto, que Piaget, mesmo usando os termos fases, estágios ou períodos, fez questão de ressaltar que se tratam de tendências dominantes, e não de estágios fixos e estanques. O autor destaca que o desenvolvimento ocorre na ordem anteriormente mencionada. Assim, é impossível a uma criança com raciocínio característico da anomia, chegar à tendência de autonomia sem ter construído primeiro estruturas cognitivas e afetivas características da heteronomia.

Na anomia, a criança ainda não entrou no universo moral, não há compreensão das regras (La Taille, 2006b; Piaget, 1932/1994). Contudo, assim que a criança começa a compreender a dimensão do dever, do bem e do mal, do certo e do errado, ela ingressa na heteronomia. Esse momento do desenvolvimento moral é marcado pelo realismo moral e pelo respeito unilateral.

O realismo moral significa que a criança tende a considerar as normas como exteriores a si mesma, segue-as e as interpreta ao pé da letra sem compreendê-las, e julga os atos em função do aspecto exterior e não da intenção do indivíduo. Isto é, toda ação de obediência a uma regra ou a um adulto é boa; existe uma avaliação da ação em função da consequência, e não da intencionalidade – responsabilidade objetiva (Piaget, 1932/1994). Essa característica fundamenta o respeito unilateral com base em uma prática social de coação na qual a criança aceita as ordens do adulto, independentemente de quais sejam as consequências, ou seja, a criança obedece à regra em virtude do medo e do amor: medo da punição e receio de perder o amor das figuras de autoridade.

Piaget (1932/1994) destaca que, no decorrer do desenvolvimento, a criança pode passar da heteronomia para a autonomia, ou seja, quando a criança supera as características do realismo moral, ela pode adquirir a consciência moral autônoma. Nesse momento, as relações de coação perdem espaço para as relações de cooperação, conduzidas pela reciprocidade entre os parceiros, e ao respeito mútuo. O indivíduo adquire a consciência moral autônoma, e os

deveres são cumpridos de acordo com sua necessidade e significação. Na ausência da figura de autoridade, o sujeito é guiado pela responsabilidade subjetiva e não mais pela objetiva. A responsabilidade pelos atos, nesses casos, é proporcional à intenção, e não apenas pelas consequências do ato. As crianças tornam-se capazes de fazer suas próprias avaliações morais. Desse modo, as regras deixam de ser cumpridas por medo, mas porque houve participação na sua elaboração ou porque foram constatados seus benefícios para o grupo em que vive. Essas regras podem, inclusive, ser modificadas, dependendo do acordo do grupo.

Tendo em vista o que foi exposto a respeito do desenvolvimento moral para a teoria piagetiana, cabe aqui definir o que este trabalho trata como moral. O termo moral é comumente utilizado como sinônimo de ética. Entretanto, convém ressaltar a opção e adoção por um referencial teórico que atribui a cada um dos termos uma possível diferenciação (Comte-Sponville, 2009; La Taille, 2006b; Tugendhat, 1996; Ricoeur, 2014).

A moral compreende um conjunto de deveres, logo de obrigações ou imperativos que o sujeito coloca para si (La Taille, 2006b). Ao passo que à ética atribui-se a busca de uma vida plena, ou seja, uma vida na qual o sujeito, sem renunciar aos princípios e às regras, preocupa-se também com as possíveis consequências da ação (Comte-Sponville, 2009; La Taille, 2006b; Tugendhat, 1996; Ricoeur, 2014). La Taille (2006b, 2010) reserva para a moral a resposta à pergunta “Como devo agir”; ao passo que à reflexão ética cabe à resposta “Que vida eu quero viver”. A primeira pergunta relaciona-se aos deveres, e a segunda, a objetivos e qualidade de vida.

Com base nessas convenções adotadas para cada um destes termos, La Taille (2006b) propõe uma análise do que ele chamou de plano moral e plano ético. Primeiro no plano moral. Uma vez que a questão moral é a resposta à pergunta “Como devo agir”, deve ser sublinhado, aqui, o sentido de obrigatoriedade. Dessa forma, do ponto de vista psicológico, o plano moral é marcado pelo sentimento de obrigatoriedade. Corresponde a pensar que as pessoas agem por

dever impelidas por uma autoimposição, ou seja, os mandamentos da consciência guiam o sujeito a agir de determinada forma (La Taille, 2006b).

O plano ético, por sua vez, corresponde à busca de sentido para a vida que deve permitir a expansão de si próprio, e que equivale à busca e manutenção de representações de si com valor positivo, ou seja, para que a pessoa seja feliz, ela, necessariamente, precisa se julgar uma pessoa de valor (La Taille, 2002a, 2006b). Dessa forma, a expansão de si próprio “é condição necessária para que a vida faça sentido, assim como este fazer sentido é condição necessária à ‘vida boa’” (La Taille, 2010, p. 112). Isso é possível apenas quando as atitudes do indivíduo são condizentes com a resposta dada à questão do plano moral “Como devo agir?”, havendo, assim, um entrelaçamento entre os dois planos. Portanto, La Taille (2006b) sublinha que é importante delimitar os conteúdos do plano moral, uma vez que estes vão atribuir autenticidade às escolhas éticas. La Taille elege três virtudes: a justiça, a generosidade e a honra.

A justiça é a virtude que corresponde aos direitos alheios e aos deveres decorrentes desses direitos, inspirada por dois princípios: a igualdade e a equidade. É considerada como a virtude maior e mais racional de todas (Comte-Sponville, 2009; Kohlberg, 1992; La Taille, 2006b; Piaget, 1932/1994).

Já a generosidade “consiste em dar a outrem o que lhe falta, sendo que esta falta não lhe corresponde a um direito” (La Taille, 2006b, p.62). Diferentemente da justiça, o ato generoso nada reivindica, logo, essa virtude não pode ser objeto de uma lei, trata-se, portanto, da virtude do dom (Comte-Sponville, 2009). Comte-Sponville (2009) diferencia a generosidade da justiça da seguinte forma:

[...] a generosidade é mais subjetiva, mais singular, mais afetiva, mais espontânea, ao passo que a justiça, mesmo quando aplicada, guarda em si algo mais objetivo, mais universal, mais intelectual ou mais refletido. A

generosidade parece dever mais ao temperamento; a justiça, ao espírito ou à razão (p. 97).

A generosidade, por conseguinte, em oposição à justiça, não pode ser considerada algo legítimo de reivindicação pessoal (La Taille, 2000a, 2006a; Vale & Alencar, 2008). Como exemplo, tem-se que uma pessoa não poderia exigir ser tratada de forma generosa, mas poderia exigir ser tratada de forma justa.

A terceira virtude, a honra. La Taille (2006b) justifica a escolha dessa virtude porque o autorrespeito corresponde ao sentido fundamental da honra. Assim, neste trabalho, adota-se a definição de honra proposta por Pitt-Rivers (1965), segundo o qual a “honra é o valor que uma pessoa tem aos próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade” (p.13).

Existem, então, dois tipos de honra, a chamada ‘honra interior’ e a ‘honra exterior’ (La Taille, 2006b; Pitt-Rivers, 1965). A honra exterior está ligada à reputação, a como o sujeito espera que os outros o reconheçam, semelhante à antiga honra cavaleiresca em nome da qual se desafiava para o embate alguém que o tivesse insultado. E a honra interior é quando o sujeito age guiado por seus princípios morais, dos quais se considera representante (La Taille, 2006b). La Taille ainda sublinha a existência das ações feitas “pela honra”, ou em nome da honra, por exemplo, ferir alguém que te insultou em nome da sua honra, mas sem agir com justiça, de maneira covarde, sem honra, esquecendo-se de agir “com honra”.

Para compreender o entrelaçamento entre os planos moral e ético, dois conceitos são importantes: autoestima e autorrespeito. A autoestima seria qualquer estado subjetivo de valorização de si próprio, e o autorrespeito a autoestima quando incide sobre valores morais (La Taille, 2006b). Como os planos moral e ético são complementares, o sentimento que os une é o autorrespeito. La Taille assim resume essa ideia:

[...] auto-respeito é o sentimento que une os planos moral e ético, pois ele é, por um lado, expansão de si próprio – portanto elemento de vida boa –, e,

por outro, causa essencial do sentimento de obrigatoriedade – portanto, motivação para a ação moral. Em outras palavras: respeita a moral quem, ao fazê-lo, respeita a si próprio (p.56 – grifos do autor).

Desse modo, os deveres morais apenas serão intimamente legitimados e, por conseguinte, guiarão as ações dos sujeitos se para o sujeito, os valores morais forem partes integrantes de uma “vida boa”, ou seja, para aqueles possuidores de uma ética (La Taille, 2010; Tognetta & La Taille, 2008). Tendo exposto os conteúdos para a moral, somos tentados a crer que basta ter o conhecimento dos valores e regras para o agir moral. Entretanto, não basta *saber fazer*; é necessário *querer fazer* (La Taille, 2006b).

De fato, o desenvolvimento moral pressupõe duas dimensões: intelectual e afetiva. Dado que a maioria das pesquisas na área da psicologia da moralidade tem se focado na dimensão intelectual da moralidade, existe muito conhecimento produzido, desde o trabalho pioneiro de Piaget (1932/1994) sobre características cognitivas do juízo moral e seu desenvolvimento, mas poucos estudos a respeito da dimensão afetiva da moralidade. Embora a razão seja condição necessária à ação moral, não lhe é condição suficiente (Piaget, 1954/2005a; Tognetta & La Taille, 2008). A razão corresponde às estruturas de pensamento que permitem guiar as ações, mas a fonte energética da ação moral se encontra na dimensão afetiva, daí a importância do estudo dos sentimentos no desenvolvimento moral (La Taille, 2006b).

Há no senso comum a aparente dicotomia dos termos afeto e cognição. Por exemplo, quem nunca ouviu a frase, “Pensa com a cabeça, não com o coração”. Essa frase marca a máxima de que as emoções seriam desconhecidas pela razão, um paradigma cartesiano clássico defendido pelos filósofos antigos, confirmando o que Pascal (1670/2005) disse: “O coração tem razões que a própria razão desconhece”.

Esse paradigma *cartesiano* clássico, cuja essência é a divisão secular entre *mente e corpo, razão e coração* foi há muito adotado pela Psicologia. Assumir a dicotomia razão *versus* emoção é aceitar que os estados afetivos, decorrentes de fenômenos subjetivos, estão separados da cognição. De fato, a Psicologia do século XIX e começo do século XX valorizava o estudo dos instintos, pulsões e emoções chamada de *instintivistas e irracionistas* (Souza, 2011). Em contraponto a isso, por volta de meados do século XX, aconteceu a chamada ‘revolução’ cognitiva e a progressão do behaviorismo, que apresentava uma visão racionalista do ser humano referente à sua atividade. Esse método experimental consistiria em isolar um corpo (objeto) em partes cada vez menores retirando dele suas funções principais, tais como a força, elasticidade, movimento, trajetória ou suas características biológicas e químicas (Pinto, 2008). Nesse contexto, a afetividade passou a ser encarada como uma dimensão psicológica que poderia prejudicar a qualidade do pensamento e até mesmo interferir negativamente na razão, perante a análise de alguma experiência pessoal ou de um assunto qualquer. Por essa avaliação inicial, a afetividade seria coadjuvante, passando a existir apenas por meio da função intelectual (Pinto, 2005).

De maneira diferente, este trabalho adotará a concepção que incorpora ao saber psicológico um modelo de estudo teórico que não fragmenta o sujeito em dimensões dissociadas entre si mesmas. Ressaltando que a *cognição* e a *afetividade* estão em um convívio dinâmico no psiquismo, embora possuam dimensões psíquicas e características particulares, mas que no decorrer do desenvolvimento estão em correspondência psicológica associativa (La Taille, 1992; Piaget, 1954/2005a; Pinto, 2005; Souza, 2011). E também se considera o funcionamento psíquico humano como sendo o produto dinâmico da intrínseca relação entre os processos cognitivos e afetivos.

De fato, as dicotomias presentes nas relações entre mente e corpo, razão e afeto podem ser úteis como ferramentas didáticas de estudo, mas não são suficientes para a compreensão

geral do assunto. Alguns modelos psicológicos abordam a dicotomia entre razão e afeto, estabelecendo entre elas relações de tipo causal ou de preponderância, o que resultou em nomenclaturas tais como teorias *cognitivistas* ou *afetivas* (Souza, 2011). Conferir às teorias tais rótulos resultou em atribuir a alguns modelos quase que uma exclusividade desses aspectos da natureza humana, de forma excludente. Portanto, torna-se necessário esclarecer os estatutos e os papéis atribuídos aos aspectos afetivos e cognitivos adotados como pressupostos no presente trabalho.

De acordo com Piaget (1964/2014), existe um paralelo constante entre o desenvolvimento afetivo e a vida intelectual. Embora esse autor tenha enfatizado a racionalidade em seu estudo, uma vez que se propôs a investigar como as crianças passam a respeitar as regras, não negligenciou ou negou a afetividade no desenvolvimento moral (Piaget, 1932/1994). Pelo contrário, denunciou a participação da afetividade na vida moral ao marcar que, na heteronomia, as regras são respeitadas em virtude de medo e amor, medo de perder o amor dos adultos, e medo do castigo. Por sua vez, na autonomia, percebe-se que o elemento quase material do medo é pouco a pouco substituído pelo medo de decair perante os olhos da pessoa respeitada (Piaget, 1932/1994).

Dessa forma, mesmo que no início do livro “*O juízo moral na criança*”, Piaget faça a advertência de que a sua proposta é “estudar o juízo moral, e não os comportamentos ou os sentimentos morais” (Piaget, 1932/1994, p.21), seus estudos muito contribuíram para a análise dos sentimentos. Para Piaget (1964/2014), a vida cognitiva e a afetiva são inseparáveis, uma vez que o afeto desempenha um papel primordial no desenvolvimento cognitivo. Sem afeto não há interesse e nem motivação para a aprendizagem, não há questionamentos e, por conseguinte, não há desequilíbrio; não ocorre desenvolvimento mental.

Sublinhe-se, aqui, que a fonte energética do dever precisa ser procurada não só em sentimentos exclusivamente morais, ou seja, aqueles que incidem sobre as questões do dever, como culpa, simpatia e compaixão (La Taille, 2006a, 2006b), mas, também, naqueles que desempenham um papel para o próprio desenvolvimento humano, como a vergonha, sentimento não exclusivamente moral, mas, ainda assim, importante para a moralidade.

Dada a relevância da dimensão afetiva para o desenvolvimento, no próximo capítulo a ênfase recairá sobre os sentimentos, em especial o sentimento de vergonha.

3- O SENTIMENTO DE VERGONHA

Este capítulo apresentará algumas considerações sobre os sentimentos e as emoções de forma geral; a vergonha em relação à culpa, embaraço, honra e humilhação; o conceito de vergonha propriamente dito; as situações que podem desencadear a vergonha; e, por fim, os estudos mais recentes sobre o tema.

Embora comumente utilizados como sinônimos, os termos *emoção e sentimento* são distintos. A emoção é uma forma de manifestar o afeto e o que a caracteriza são as reações intensas e breves do nosso organismo, em resposta a um acontecimento inesperado ou a um acontecimento muito aguardado (BOCK, 2002). A emoção tem uma característica de ser transitória, já o sentimento, de ser permanente e mais sereno, além de não serem necessárias as reações do organismo. Segundo Damásio (2000), o que distingue essencialmente sentimento de emoção é: enquanto o primeiro é orientado para o interior, o segundo é eminentemente exterior; ou seja, o indivíduo experimenta a emoção, da qual surge o sentimento. Podemos compreender da seguinte forma: a emoção é pública, os sentimentos privados, ao contrário da emoção o sentimento é consciente, uma vez que é o resultado de uma elaboração cognitiva por parte do sujeito sobre a emoção.

Desde modo as emoções não são apenas experimentadas internamente, são também manifestas de diversas maneiras por meio de reações do corpo (Anolli, 2003; Darwin, 1872/1981). Algumas expressões são comuns para descrever a experiência que remete a essas alterações no corpo, tais como “estou verde de raiva!”, “meu sangue está fervendo”, “deu aquele frio na barriga”, e, ainda, “fiquei vermelho de vergonha”. É importante ressaltar que emoções e sentimentos interagem entre si, emoções dão origem a sentimentos, por exemplo, quando diante de uma situação de exposição e vergonhosa, primeiramente, antes mesmo da consciência, existe a emoção, a vergonha. Posteriormente surge a elaboração consciente por

parte do indivíduo sobre o ocorrido “tenho vergonha”, “que pessoa eu sou” e isso é o sentimento de vergonha.

Mas, de toda a gama de emoções e sentimentos, um grupo em particular interessa aqui: as chamadas emoções e/ou sentimentos autoconscientes e morais. Os dois termos, moral e autoconsciente, são empregados na literatura para definir vergonha, orgulho, constrangimento e culpa (Anolli, 2003; Anolli & Pascucci, 2005; Costa, 2008; Laskoski, Natividade & Hutz, 2013; La Taille, 2006b; Leith & Baumeister, 1998; Santos, 2009; Tangney, 1990; Tangney & Miller, 1996; Tangney, Stuewing & Mashek, 2007; Tangney & Tracy, 2012). Esses são definidas como autoconscientes devido ao papel importante que desempenham na moralidade (Santos, 2009), a saber: representação no *self* (Anolli, 2003); a legitimação dos padrões sociais, regras e objetivos (Santos, 2009); e uma autoavaliação global sobre o próprio eu ou sobre seu comportamento, confrontando-o com os padrões, regras e objetivos socialmente estabelecidos (Laskoski, Natividade & Hutz, 2013). Essas emoções também são consideradas morais, visto que, mais do que outras, são sensíveis à violação de normas e padrões, estão ligadas a uma condição de dívida em relação aos outros e à perda da honra (Anolli, 2003; Tracy & Robins, 2004). São emoções que basicamente refletem a própria imagem que o sujeito tem de si, desempenham um importante papel na construção da identidade (Anolli, 2003; Anolli & Pascucci, 2005). São essas emoções morais que habilitam o sujeito a julgar o que a sociedade considera moral e se constituem no cerne das motivações e regulações de comportamentos sociais (Weber, 2004). É importante destacar a influência da educação e dos valores culturais sobre os sentimentos morais (Anolli, 2003; Anolli & Pascucci, 2005; Gouveia, Singelis, Guerra, Santos & Vasconcelos, 2005; Gouveia, Singelis, Guerra, Santos, Rivera & Vasconcelos, 2006; Orth, Robins & Soto, 2010; Tracy & Robins, 2006).

Dado o que foi exposto passemos agora a ***vergonha em relação à culpa, ao embaraço, à honra e à humilhação***. No caso da culpa, da vergonha, e do embaraço, estas são emoções

que mais do que outras, são sensíveis à violação de normas e estão ligadas a uma condição de dívida em relação aos outros, à perda da autoestima e à necessidade de reparar essa perda (Tangney & Tracy, 2012). O uso dos termos vergonha, culpa e embaraço pode ser impreciso. Psicólogos e leigos podem ter dificuldade de diferenciar esses três tipos de experiências afetivas (Tangney & Miller, 1996). Portanto, faz-se necessário esclarecer cada um destes construtos.

Na Psicologia, estuda-se o sentimento de vergonha atrelado ao sentimento de culpa (Costa, 2008; Leith & Baumeister, 1998; Orth, Robins & Soto, 2010; Stoeber, Harris & Moon, 2007; Tangney, 1990; Tangney & Miller, 1996; Tracy & Robins, 2006). Embora muitas vezes sejam vividas pelos sujeitos de forma associada, são sentimentos de natureza distinta e não devem ser confundidos (Araújo, 1998, 1999, 2001; La Taille, 2002b, 2006b).

O sentimento de culpa incide sobre a ação e suas consequências, normalmente representados em juízo, tais como, “que coisa horrível que eu fiz”, resultando em um estado de remorso e uma disposição de reparar o prejuízo. Já a vergonha associa-se a uma avaliação negativa do *self*, com juízos do tipo “que pessoa terrível eu sou”. Desse modo, estarão caracterizadas aqui diferentes definições para esses construtos de maneira que: “sente-se culpa do que se fez, não do que se é. [...] com a vergonha é diferente: *sente-se vergonha do que se é.*” (La Taille, 2006b, p. 134, grifos do autor), ou seja, a vergonha age sobre o eu, o conjunto de representações de si mesmo. Outra diferença entre os sentimentos de culpa e vergonha refere-se ao lugar do outro nos dois sentimentos. Na culpa, o lugar de outrem é o de objeto da ação, ao passo que na vergonha, é o de juiz, é o olhar do outro (real ou interiorizado) que instaura a vergonha (La Taille 2002b).

Alguns estudos constataram que, em eventos nos quais o sujeito sente vergonha, há uma preocupação com as avaliações dos outros sobre si mesmo; já quando sente culpa, ele se preocupa com os efeitos de suas ações sobre os outros (Tangney, 1990; Tangney, 1992;

Tangney & Miller, 1996; Tangney et al., 2007; Tracy & Robins, 2006). Dessa forma, conclui-se que a vergonha se refere a uma avaliação sobre si mesmo, sobretudo, autoavaliações negativas pautadas em preocupações com as avaliações sobre si a serem feitas por outrem. E a culpa refere-se a um comportamento específico realizado e avaliado negativamente pelo sujeito que o realizou.

De fato, alguns autores consideram a culpa um sentimento mais construtivo do que a vergonha, visto que pode motivar naqueles que a sentem a tentativa pela reparação do ato desencadeador da culpa com o objetivo de cessar o desconforto proveniente da situação que desencadeou a culpa (Anolli, 2003; Costa, 2008; Krebs, 2008; Leith & Baumeister, 1998; Orth, Robins & Soto, 2010; Stoeber, et al., 2007; Tangney, 1990; Tangney & Miller, 1996; Tracy & Robins, 2006).

Por outro lado, a vergonha, muitas vezes, pode ser associada às condições de desajuste psicológico, apresentando nesses casos correlações com o stress (Woien, Ernst, Patock-Peckham, & Nagosh, 2002), a depressão, a ansiedade e até o suicídio (Tangney & Tracy, 2012). Sentindo vergonha, o sujeito pode vivenciar também outros sentimentos, como desvalorização, incapacidade (Alencar & La Taille 2008; Costa, 2008; La Taille, 2002a, 2002b, 2006b), impotência e incompetência (Alencar & La Taille 2008; Anolli, 2003; La Taille, 2002a, 2002b, 2006b; Stoeber, et al., 2007), hostilidade e raiva em relação aos outros (Anolli, 2003).

Tendo estabelecido algumas das principais diferenças entre culpa e vergonha, é preciso agora esclarecer o embaraço. Nota-se que, no idioma inglês, a vergonha de exposição não é traduzida por *shame*, mas por *embarrassment*. *Shame* refere-se à vergonha relacionada a juízos negativos. La Taille (2002a, 2002b) sublinha que o fato de o conceito de vergonha ser empregado em português como sinônimo de embaraço ressalta o que há de comum entre esses

sentimentos. Dentre as características comuns aos dois encontram-se as expressões corporais e o rubor nas faces (Darwin, 1872/1981; Pitt-Rivers, 1965; Scheff, 2014).

Entretanto, alguns autores demarcam definições diferentes para a vergonha e o embaraço conforme os antecedentes de cada um dos dois (Anolli, 2003; Gouveia, et al., 2005; Gouveia, et al., 2006; Sabini, Garvey & Hall, 2001; Tangney & Miller, 1996). De forma geral, o embaraço é compreendido como resultado de transgressões sociais relativamente triviais ou interações indesejáveis, ou seja, a exposição do sujeito. Nesse sentido, o embaraço pode ser considerado bem parecido com a timidez, que faz a pessoa ter medo de aparecer e evitar outras pessoas. Anolli (2003) ressalta que o embaraço pode ser produzido por gafes, ou seja, uma “ação sem graça e desajeitada, inoportuna ou incautada, considerada socialmente incorreta” (p.58).

Desse modo, os antecedentes do embaraço estão relacionados a situações em que ocorrem violações das convenções ou normas sociais, resultantes do aumento da exposição social. Os antecedentes mais comuns de constrangimento são as situações gerais de confusão “física e de controle corporal (tropeçar em algo), cognitiva (esquecer algo importante), manutenção de privacidade (ter seus sentimentos expostos) e interações sociais desastrosas” (Gouveia, et al., 2005, p.331). De tal forma que os antecedentes da vergonha são violações a papéis e normas morais.

Igualmente importante é abordar alguns aspectos da relação entre vergonha e a honra, esta considerada a força motivacional correspondente à vergonha (La Taille, 1997, 2001). A vergonha pode ocasionar uma ferida na autoestima e no autorrespeito do sujeito, e o resultado é a sensação de que a própria honra foi perdida (Anolli, 2003; La Taille, 1996a, 2002a, 2002b, 2006b). O autorrespeito está intimamente ligado à expansão de si, a busca pela vida que vale a pena ser vivida (La Taille, 2006b). Destarte, para que uma pessoa seja feliz, ela, necessariamente, precisa se julgar uma pessoa de valor (La Taille, 2010). Isso só é possível

quando as atitudes da pessoa são condizentes à “boa imagem” que ela possui de si mesma. Todavia, quando o sujeito não mantém essa coerência, pode surgir o sentimento de vergonha. Dessa forma, “trata-se do sentimento de perda de valor pessoal” (La Taille, 2009a, p. 14), ou da perda do autorrespeito – a honra.

De acordo com Pitt-Rivers (1965), o fato de enrubescer mostra que o indivíduo possui honra, visto que essa reação incontrolável da vergonha comprova a aceitação da regra da transação da honra, mesmo contra nossa própria vontade; logo, aqueles incapazes de enrubescer são pouco honráveis.

Além da honra, a vergonha aparece, muitas vezes, associada ao sentimento de humilhação. A proximidade do conceito de vergonha e de humilhação é salientada por La Taille (2002b);

(...) O que há de comum entre ambas [humilhação e vergonha] é justamente o fato de se sentir inferiorizado (como no caso da vergonha de exposição), porém, na vergonha, compartilha-se a imagem negativa imposta, enquanto que na humilhação ela pode não ser aceita. E, se for aceita, teremos os sentimentos de humilhação e de vergonha somados. (p.95).

A humilhação refere-se ao fato de ser rebaixado por alguém, inferiorizado, e, sem dúvida, esse acontecimento pode causar um sentimento penoso, muitas vezes também chamado de vergonha (Anolli, 2003; La Taille, 2002b). Alencar e La Taille (2007) apontam, entre outros aspectos, que, para a humilhação, deve ser considerada a presença ou não de observadores, e se a vítima legítima ou não as pessoas que assistiram à humilhação. Aqui, o mesmo será considerado para a vergonha, devido à relação entre esses conceitos.

Na humilhação, a pessoa não concorda com o juízo negativo feito pelo outro sobre ela, ou seja, o juízo que ela faz de si mesma é diferente e ela não o modifica diante do outro. Nesse sentido, Ades (1999) destaca que as reações que frequentemente acompanham aquele

que sofre uma humilhação são “a raiva e o desejo de revidar, dentro ou fora de um código de honra” (p. 44); ao passo que aquele que sente vergonha, reage com desejos de fugir da situação constrangedora. Os conceitos de humilhação, vergonha e honra estão intimamente relacionados – algo bastante explorado por pesquisadores (Ades, 1999; Alencar & La Taille, 2007; Andrade & Alencar, 2010; Araújo, 1998, 1999, 2001; Borges & Alencar, 2006; La Taille et al., 1992; La Taille, 1997, 1996b, 2002a, 2002b, 2006a, 2007).

Dessa forma, tendo exposto relações entre a vergonha e outros conteúdos, resta definir e esclarecer o *conceito de vergonha propriamente dito*. Já foi demarcado anteriormente que o sentimento de vergonha incide sobre o ‘eu’, ou seja, está associado a uma avaliação negativa do *self*. Entende-se o ‘eu’ como um conjunto de representações de si, sendo estas sempre valorativas (La Taille, 2002a). De fato, há três tipos de valores associados às representações pessoais, a saber: valores amorais, como a beleza física, a fama ou o *status* social; valores imorais, ou seja, aqueles contrários a moral, por exemplo, ser violento; e valores morais, aqueles coerentes com as regras morais, como a justiça, a honra, e a honestidade (La Taille, 2001, 2006b), ressaltamos que esta classificação foi realizada com base na definição de moral assumida no presente texto. La Taille (2009c) ressalta que, embora alguns valores imorais, como a violência, possam ser reconhecidos como valores sociais, isso não os torna morais.

Desse modo, há maior probabilidade de o sujeito agir conforme os valores morais se esses valores forem centrais para o eu, e a ele estiverem unidos (La Taille, 2002a, 2002b, 2006b; Puig, 1998; Tugendhat, 1996). Pode-se, então, inferir que há uma relação entre a moral e o ‘eu’, ou o conjunto de representações de si. Quando os valores morais ocupam o centro de tais representações e, por conseguinte, levam a pessoa a agir coerentemente com a moral, fala-se em “personalidade ética” (La Taille, 2006b, 2010; Tognetta & La Taille, 2008). Portanto, os indivíduos em que os valores morais estiverem presentes no conjunto de representações de si sentirá vergonha toda vez que suas ações forem contrárias a esses valores

(La Taille, 2002b, 2006b, 2009b; Noguchi & La Taille, 2008). Dado o exposto, entender o “eu” enquanto conjunto de representações de si (valores) implica debruçar-se sobre o estudo de sentimentos decorrentes desses valores, com destaque, aqui, para a vergonha.

Nesse contexto, compreende-se a busca de representações de si com valor positivo, como a chamou La Taille (2010, p.112), “a lei fundamental da vida humana”, visto que o fracasso nessa busca causa o sentimento de vergonha, ou seja, uma dor psíquica resultante da consciência da disjunção entre uma ‘boa imagem’ e a imagem que, de fato, possui de si mesmo (Harkot-de-La-Taille, 1999; La Taille, 2010). Desse modo, compreende-se por vergonha o “desconforto psíquico, às vezes, até insuportável” (La Taille, 2007, p. 24).

O sentimento de vergonha é caracterizado por ser uma experiência desagradável e dolorosa, resultando na perda da própria honra (Anolli, 2003). Logo, a vergonha se refere a um sentimento, considerado por alguns autores, intrinsecamente social: o sujeito sente vergonha ao se imaginar diante de um público que o julga (Anolli, 2003; Anolli & Pascucci, 2005; Orth, Robins & Soto, 2010; Tangney & Miller, 1996; Tracy & Robins, 2006). Entretanto, convém ressaltar que este trabalho considera que essa exposição ao público pode ser real ou virtual (La Taille, 2002a, 2002b). Logo, não se resume ao contexto social e ao público, pois é possível sentir vergonha mesmo estando sozinho, uma vez que quem sente vergonha julga negativamente a si próprio.

Então, qual é o lugar do autojuízo e do juízo alheio na experiência de vergonha? Foi abordado que a vergonha pode ser despertada pela simples exposição (Leeming & Boyle, 2013; Schimith, 2013; Tangney, Wagner, Fletcher, & Gramzow, 1992), mesmo que não acompanhada de juízo negativo por parte dos observadores. Entretanto, ela pode ser experimentada associada aos juízos alheios (Tangney & Miller, 1996).

La Taille (2002b) ressalta que, no caso da exposição ao olhar alheio, o sujeito sente-se inferiorizado; o que está em jogo é o fato de que quem olha é sujeito, e quem é olhado, é

tornado objeto pelo olhar. Trata-se de uma relação intersubjetiva assimétrica, uma relação de poder em que o sujeito é tragado pelos olhos de quem o observa e, assim, está vulnerável (Harkot-De-La-Taille, 1999; La Taille, 1996b, 2002a, 2002b). La Taille ressalta que as representações de si estão, na sua gênese, vinculadas aos juízos alheios, porém, tal vínculo não pressupõe uma total dependência a esses juízos. Portanto, o juízo negativo de outrem apenas resulta em vergonha se o envergonhado assumir esse juízo para si, logo, pressupõe um autojuízo negativo.

La Taille (2002a) assim esclarece essa questão:

[...] é que, no caso da vergonha, o juízo negativo alheio é aceito como legítimo e, logo, corresponde a um autojuízo negativo. Na vergonha, portanto, o decair perante os olhos alheios deve corresponder a um decair perante os próprios olhos (p.19).

Resumindo, não basta ser objeto do juízo negativo alheio para desencadear a vergonha, pois esse juízo somente desencadeia a vergonha se o envergonhado a assumir; se ele a desprezar ou discordar, a vergonha não acontece.

Dessa forma, concebe-se que a vergonha não equivale a um controle exclusivamente externo baseado unicamente no juízo de outrem ou como cuidado da reputação. La Taille (2002a) destaca que, se a ação for censurada pelos outros sem o assentimento do sujeito, não é vergonha, é apenas cuidado com a reputação, estando em jogo a ‘honra exterior’; todavia, se for censurada apenas por si, é vergonha, mesmo que não haja conhecimento ou condenação da parte alheia sobre esta ação – exposição virtual, apenas imaginada. Trata-se, portanto, de um controle interno também, um cuidado em relação à ‘honra interior’ do sujeito, baseado no autojuízo e nos valores centrais nas representações de si.

Como propõem alguns autores (Alencar & La Taille, 2008; Harkot-De-La-Taille, 1999), a vergonha pode ser desencadeada por diferentes circunstâncias. Harkot-De-La-Taille (1999) lista cinco *situações que podem desencadear a vergonha*:

a) ao estar em evidência: falar em público, chegar cedo demais a uma comemoração, etc.; b) de expor sua condição: loira-aguada, diferente, pobre, doente, ignorante, etc.; c) ao revelar sua impotência: vítima de riso, roubo, traição, tortura, etc.; d) de revelar um fracasso: ser demitido, reprovado num exame, sofrer o rompimento de uma relação amorosa, etc.; e) de expor uma falta moral: crime, maldade, omissão de socorro, omissão ou mentira por silêncio etc, (p.135).

Verifica-se, assim, que o sentimento de vergonha pode relacionar-se a diversas situações. A primeira diz respeito à exposição ao olhar dos outros (*vergonha de exposição*). Nessa situação, a vergonha incide no fato de a pessoa se sentir exposta (Harkot-de-La-Taille, 1999; La Taille, 2002a, 2002b), como em ocasiões em que, por exemplo, é convidada a falar em público ou ainda quando percebe que outros a observam. Como ilustração, analise-se a seguinte afirmação de Carlos: “Quando sinto vergonha fico com a sensação de que tenho o triplo de tamanho. Chamo todas as atenções do mundo. Estou exposto.” (Vitale, 1994, p.103).

Um estado da pessoa em relação à sua origem, à sua situação social, econômica etc., corresponde a uma segunda situação (*vergonha de condição*). Nessa, a vergonha resulta da avaliação negativa feita pelo sujeito da condição em questão que julga ocupar (Alencar & La Taille, 2008), por exemplo, um contexto de pobreza, uma deficiência ou limitação, o fato de ser mulher, empregado (a), negro (a), ou índio (a) etc.

Há ainda a vergonha desencadeada por fracassos (Alencar & La Taille, 2008; La Taille, 1997, 2002b; Stoeber, Harris, & Moon, 2007; Tangney & Miller, 1996; Tracy & Robins, 2006; Tangney, Stuewing & Mashek, 2007; Tangney & Tracy, 2012) nos mais

variados projetos (*vergonha de fracasso*). São exemplos as situações nas quais uma pessoa fracassa em algum projeto, como em uma prova ou em um exame importante para a sua vida profissional, ou é demitido do emprego. Essa experiência pode resultar na vergonha por falhar ao realizar a sua tarefa, como é possível observar na fala de um sujeito sobre o fim de seu relacionamento: “A relação com minha mulher é meio ambígua, tem gente que nem sabe que estamos separados. (...) Ser separado não é um troféu, é um fracasso. É uma forma de vergonha, vergonha de um fracasso.” (Vitale, 1994, p.77).

Outro conteúdo envolve situações nas quais a pessoa sente vergonha pelas circunstâncias que lhes foram impostas, diante das quais não julga possível reagir e/ou ocorrer uma ação reparadora (Alencar & La Taille, 2008; Harkot-de-La-Taille, 1999, Stoeber, Harris & Moon, 2007), a *vergonha por impotência*. São exemplos, eventos de privação de afeto, episódios de tortura, “espancamento, estupro, sequestro e assassinato de um familiar, preconceito de um grupo sociocultural, assalto à mão armada, corrupção etc.” (Alencar, 2003, p.49). Esse conteúdo também pode parecer atrelado ao sentimento de ser humilhado, como na fala deste sujeito: “Humilhante (...) é perceber que na televisão, todo dia, está todo mundo te roubando e você não pode fazer nada.” (Ades, 1999, p.59).

Um quinto conteúdo relaciona-se à vergonha atribuída a outro (*vergonha de contágio*). O sentimento está baseado no outro. Sente-se vergonha por aquilo que outra pessoa fez, ou por julgar que a outra pessoa deveria estar sentindo vergonha no momento (Leeming & Boyle, 2013; Leith & Baumeister, 1998). Assim, um indivíduo sente vergonha por causa da vergonha atribuída ao outro; quer seja devido a uma situação de exposição, condição, impotência, fracasso ou falha moral (Harkot-De-La-Taille, 1999; La Taille, 2002b). A propriedade de contágio das emoções foi sublinhada por autores, principalmente no que se refere às emoções morais (Doherty, 1997; Gouveia et al., 2006).

Observe-se, então, a vergonha vinculada às normas morais no caso de uma falta moral (*vergonha moral*). São situações nas quais o sujeito atribui a si a responsabilidade por um comportamento imoral (Alencar & La Taille, 2008). Por exemplo, no caso de mentir para os pais ou professores, o aluno pode experimentar o sentimento de vergonha por julgar a si mesmo como uma pessoa mentirosa e desonesta. Nesse sentido, é importante ressaltar que a capacidade de sentir vergonha moral corresponde ao conceito moral clássico da *honra* (La Taille, 2007).

Para melhor esclarecer o conceito de vergonha moral e *personalidade ética*, La Taille (2006b) apresenta o relato de Albert Camus. Trata-se de uma experiência vivida por Camus em sua infância. Este era de origem economicamente humilde, órfão de pai e criado por uma mãe de pouca formação, uma empregada doméstica. Camus é admitido por meio de um concurso em uma escola na qual predominantemente estudam alunos de classe média. No primeiro dia de aula, ele deve preencher um formulário, em que, dentre outras informações, deve informar a profissão da mãe. Para ser honesto, Camus deve escrever empregada doméstica, mas, assim que começa a escrever, ele sente vergonha, e em seguida a vergonha de ter sentido vergonha.

La Taille (2006b) analisa esta situação da seguinte maneira. No primeiro momento, quando se reconhece membro de uma família inculta, sente vergonha de sua condição social, estando em jogo o valor do *status* social, ou seja, em suas representações de si, ser considerado como uma pessoa de classe social elevada é algo almejado. Mas, no segundo momento do relato, Camus admite que em um só instante reconheceu a vergonha de sentir vergonha. Ao se perceber tendo vergonha da sua mãe, ele se enxerga como uma pessoa ingrata, infiel e injusta, desrespeitoso para com sua mãe. Nesse caso, uma vergonha moral, uma vez que, ao experimentá-la, Camus entrega o formulário atestando que é filho de uma empregada doméstica. Essa história expõe duas situações: os valores integrantes da

representação de si podem ser morais ou não, e que eles estão em um jogo de força na personalidade (La Taille, 2006b). No caso exposto, o desfecho aponta para a “vitória” do valor moral, do autorrespeito sobre a autoestima.

De fato, há duas situações distintas no tempo, em que o sentimento de vergonha é experimentado: o sujeito pode sentir vergonha por anteceder uma situação na qual os valores da representação de si estão em conflitos (prospectiva), ou por uma situação já passada ou em curso (retrospectiva) (Harkot-de-La-Taille, 1999; La Taille, 2002a; 2002b, 2009b). No caso da vergonha prospectiva, a experiência do sentimento antes da situação pode funcionar como reguladora da ação ao perceber que a ação futura é conflitante com seus próprios valores. Uma vez que a cena o faz sentir vergonha, o sujeito é assim influenciado agir de forma coerente com seus valores (La Taille, 2002a, 2002b). Vale ressaltar que na vergonha está presente o autojuízo e a exposição antecipada, real ou imaginada.

Após as considerações teóricas a respeito da vergonha, é importante agora o relato de *estudos empíricos mais recentes sobre o tema* no Brasil e no mundo. Há no Brasil, até a presente data, artigos publicados por La Taille sobre a fronteira da intimidade e a vergonha, e quatro estudos empíricos realizados (Araújo, 1998; Laskoski, Natividade & Hutz, 2013; La Taille, Bedoian & Gimenez, 1991; La Taille, Maiorino, Storto & Roos 1992; La Taille, Duarte & Mello, 1993; La Taille 1996a; Schimith, 2013). Os trabalhos publicados fora do Brasil são de um número bem maior. Há estudos que realizaram validação de escala para medir o sentimento (Anolli & Pascucci, 2005; Tangney, 1990, 1992), definem o sentimento em meio a outros sentimentos morais (Orth, Robins & Soto, 2010; Sabini, Garvey & Hall, 2001; Stoeber, Harris & Moon, 2007; Tangney & Miller 1996; Tracy & Robins, 2006), traçam possíveis estratégias de enfrentamento desse sentimento (Leeming & Boyle, 2013; Leith & Baumeister, 1998; Tangney, Wagner, Fletcher & Grawzow, 1992), e artigos de revisão de literatura (Tangney, Stuewing & Mashek, 2007; Tangney & Tracy 2012). A partir

dessa análise, serão apresentados os estudos empíricos mais recentes e/ou cuja descrição foram considerados como relevante para a presente dissertação.

No primeiro estudo, La Taille, Bedoian e Gimenez (1991), com o objetivo de investigar o lugar da confissão na hierarquia de valores morais, entrevistaram 50 crianças, de 6 a 14 anos. Foram apresentados aos sujeitos dois dilemas: o primeiro, opondo dano material grave com confissão *versus* dano material leve sem confissão (por parte do autor do delito); e o segundo, opondo confissão espontânea à ausência de confissão. Os resultados indicam que, desde cedo, a confissão é vista como uma regra moral. Para as crianças mais velhas, entretanto, a confissão de um delito é vista como moralmente necessária, ao passo que, em idades inferiores, ela é vista como perigosa, por causa do castigo decorrente.

Em um segundo estudo, com colaboração de Maiorino, Storto e Roos (1992), La Taille investigou o que o sujeito pensava ser moralmente correto fazer em um dilema envolvendo diferentes punições na escola e verificou a eficácia de dois tipos de castigo: o aluno ficar sem recreio ou contar para toda a classe o delito. Foram entrevistadas 70 crianças, de 6 a 12 anos. Os resultados permitem inferir que, referente ao sentimento de vergonha, quanto maior a idade das crianças, pior era considerado o castigo por precisar contar o delito publicamente. Apesar de ser considerado injusto, esse castigo é visto como eficaz.

Em outro estudo, com o objetivo de estudar a confissão espontânea e pesquisar sobre quem tem o direito de saber a respeito de um determinado delito, La Taille, Duarte e Mello (1993) apresentaram um dilema para 93 sujeitos, de 6 a 14 anos, em que um menino pega um objeto do amigo e depois devolve sem falar com ninguém. Os resultados indicam que, até a idade de 14 anos, a confissão espontânea não é central no universo moral das crianças. Quanto a quem se deve confessar um delito, há o estabelecimento de uma fronteira moral aos 13 ou 14 anos, em que os sujeitos consideram que a vítima deve saber a respeito do autor do delito.

Ressalte-se que os estudos anteriormente apresentados encontram-se compilados, junto com outros trabalhos realizados por La Taille, em sua tese de livre-docência intitulada *Vergonha, a ferida moral* (2000b), na qual sistematizou suas pesquisas a respeito do desenvolvimento da fronteira moral da intimidade e da vergonha moral. Em 2002, esse trabalho foi publicado em um livro com o mesmo título.

Araújo (1998), por sua vez, realizou uma pesquisa que intencionou confirmar o papel da vergonha como regulador moral. A coleta ocorreu por meio de questionário, com 540 sujeitos divididos igualmente nas faixas de 8, 12 e 16 anos. Os participantes responderam três provas com situações-problema, cada uma envolvendo uma situação: roubo, generosidade e coragem. Os resultados encontrados indicam que a média aritmética de gradação do sentimento de vergonha aumenta significativamente da situação sem observador para a situação com observador, e em todas as situações-problema. No que se refere ao vínculo com o observador, os resultados da média aritmética da gradação do sentimento de vergonha pela exposição a diversos observadores, atribuída à amostra de 16 anos de idade, são maiores na presença de um observador, sendo que, quando há um vínculo (amigos e pais), as médias são maiores na situação de roubo e generosidade, e menos para desconhecidos. Na situação de coragem, a média é maior na presença de amigos e menor na ausência de observadores. Os dados indicam diferenças significativas quanto ao vínculo e ao conteúdo da situação-problema.

Sabini, Garvey & Hall (2001) relatam em artigo três estudos focados na distinção entre vergonha e constrangimento. Em cada estudo, os participantes descrevem as emoções sentidas de acordo com os cenários apresentados. Nos estudos 1 e 2, eles descobriram que as pessoas relataram ter vergonha se uma verdadeira falha foi exposta, mas informaram constrangimento se um membro considerável em uma audiência julgar que sua falha foi exposta. No estudo 3, os autores descobriram que as percepções irracionais de uma falha por um público levaram a

relatos de raiva. Os dados são consistentes com a visão de que as pessoas se referem a si mesmas como experimentando vergonha quando uma falha real do seu eu foi revelada, e constrangimento quando considera que os outros pensam que uma falha sua foi revelada. E, por sua vez, referem-se a si mesmos com raiva quando os outros injustificadamente os veem como falhos. Assim, os autores concluíram que o embaraço está ligado a violações das convenções, enquanto a vergonha está ligada a falhas morais.

Anolli & Pascucci (2005) realizaram um estudo investigativo sobre as experiências afetivas de vergonha e de culpa, bem como a propensão à vergonha e a propensão à culpa em jovens adultos indianos e italianos. O estudo contou com duas amostras de participantes (132 indianos e 134 italianos), aos quais foram administrados o questionário de experiência emocional e o teste de emoções autoconscientes (TOSCA). Os dados mostraram que tanto especificidades das emoções quanto da cultura explicam a quantidade considerável das variações sobre o relato das emoções. Particularmente, a distinção entre culpa e vergonha como experiências emocionais separadas foi confirmada. Além disso, os participantes indianos relataram reagir mais intensamente à vergonha, e os italianos tendem a reagir mais intensamente à culpa. No entanto, considerando a propensão, indianos acabaram por ser mais sensíveis tanto à culpa quanto à vergonha. Esses resultados confirmam a distinção entre vergonha e experiências de culpa.

Outro estudo realizado por Stoeber, Harris e Moon (2007) investigou junto a 121 alunos de graduação, por meio da comparação de perfeccionistas saudáveis (altas aspirações perfeccionistas, baixas preocupações perfeccionistas), perfeccionistas insalubres (altas aspirações perfeccionistas, altas preocupações perfeccionistas) e não perfeccionistas (baixos esforços perfeccionistas), sobre propensão à vergonha, culpa e orgulho e os estados de vergonha, culpa, e o orgulho seguidos de sucesso e de fracasso. Como esperado, os perfeccionistas saudáveis relataram mais orgulho e menos vergonha e culpa do que os

perfeccionistas insalubres e não perfeccionistas. Além disso, os perfeccionistas saudáveis indicaram menor propensão à vergonha do que os perfeccionistas insalubres e não perfeccionistas. No entanto, os perfeccionistas ambos saudáveis e não saudáveis apresentaram maior propensão para o orgulho e maior tendência à culpa do que não perfeccionistas. De acordo com os autores os resultados mostram que os indivíduos focados na perfeição, mas que não se preocupam com imperfeições, podem muito bem experimentar orgulho e ser propenso a sentir culpa, mas podem não experimentar a vergonha.

Orth, Robins & Soto (2010) examinaram as diferenças de vergonha, culpa, e duas formas de orgulho (autêntico e arrogante) em indivíduos de diferentes idades utilizando dados transversais de 2.611 indivíduos. Os participantes tinham entre 13 e 89 anos. Os dados mostraram que a vergonha diminui da adolescência para a idade adulta média, atingindo o ponto mais baixo em torno de 50 anos de idade, e depois aumenta na velhice. A culpa aumentou desde a adolescência até a velhice, atingindo o ponto mais alto em torno de 70 anos de idade. O orgulho autêntico aumentou desde a adolescência até a velhice, ao passo que o orgulho arrogante diminui da adolescência para a idade adulta média, chegando a uma idade mínima por volta dos 65 anos, e depois aumentou na velhice. Em média, as mulheres relataram ter mais vergonha e culpa. No decorrer da vida, vergonha e orgulho arrogante tendiam a ser negativamente relacionados ao bem-estar psicológico, e culpa e orgulho autêntico apresentaram relações positivas com bem-estar. No geral, os resultados suportam o princípio da maturidade do desenvolvimento da personalidade e sugerem que, conforme as pessoas envelhecem, tornam-se mais propensas a experimentar emoções autoconscientes consideradas psicologicamente adaptativas, tais como culpa e o orgulho autêntico, e menos propensas a experimentar as consideradas psicologicamente mal adaptativas, tais como vergonha e orgulho arrogante.

O estudo de Laskoski, Natividade & Hutz, (2013) teve como objetivo testar a independência empírica de culpa e da vergonha para adolescentes. Para tanto, desenvolveram instrumentos capazes de aferir tais construtos. Participaram desse estudo 580 estudantes de ensino médio com média de idade 16 anos. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário autoaplicável. O estudo mostrou que, embora correlacionados moderadamente, os dois construtos mostraram-se independentes.

Schimith (2013) realizou um estudo empírico, de natureza qualitativa e exploratória, envolvendo 15 participantes do sexo masculino, com idade entre 25 e 30 anos, e com escolaridade de nível superior completo. O objetivo foi investigar o sentimento de vergonha e sua relação com a moralidade. Para tanto, foram apresentadas aos respondentes duas histórias fictícias: a primeira história trazia uma situação de transgressão moral e a segunda, uma situação de exposição. Os resultados revelaram que os participantes apresentam o sentimento de vergonha não ante à situação imoral, mas ante à situação de exposição, e que a concepção desse sentimento está ligada, principalmente, à exposição e ao juízo do próprio sujeito e/ou de outrem.

E, por fim, Lening e Boyle (2013), com o objetivo de investigar como o sujeito gerencia o sentimento de vergonha e intenciona repará-lo, coletaram 50 relatos escritos em primeira pessoa de estudantes e funcionários de uma universidade britânica sobre experiências de episódios difíceis de vergonha. Essas narrativas foram complementadas por perguntas abertas. Por meio de uma análise temática construcionista contextual, foram identificados temas fundamentais: a centralidade da avaliação dos outros sobre o *self*; reposicionamento do *self* diante dos outros. Os temas em conjunto sugerem que a gestão eficaz e reparação de vergonha dependeram não apenas de uma visão modificada do eu, mas em um reposicionamento deste em relação aos outros. Essa análise sugere, portanto, que o reparo de vergonha precisa ser mutuamente negociado e, como tal, fornece suporte para abordagens

teóricas da vergonha que enfatizam a centralidade das decisões judiciais reais ou percebidas dos outros a respeito do *self*.

Dada à complexidade do tema, o sentimento de vergonha, em relação a outros sentimentos morais, e a um grande número de pesquisas sobre o tema publicados no Brasil, esta dissertação investiga o julgamento e o juízo moral a respeito desse sentimento em um determinado grupo de indivíduos. Assim, após a exposição teórica a respeito da vergonha, no próximo capítulo, serão detalhados os “*Objetivos*” dessa investigação.

4. OBJETIVOS

O objetivo geral é investigar o julgamento e o juízo moral dos estudantes universitários relacionado ao sentimento de vergonha. O foco envolve a presença e/ou intensidade desse sentimento em diferentes situações e na concepção dos participantes acerca do mesmo. Os objetivos específicos são os que se seguem:

Objetivos específicos

1. Realizar um levantamento sobre o julgamento quanto à presença e/ou intensidade do sentimento de vergonha em situações de fracasso, impotência, exposição, e falta moral, associada à honra, justiça, generosidade, honestidade, e vergonha de vergonha de condição;
2. Comparar a diferença da intensidade do sentimento de vergonha em situações de fracasso, impotência, exposição, e falta moral, associada à honra, justiça, generosidade, honestidade, e vergonha de vergonha de condição;
3. Realizar comparação entre as respostas dos estudantes de Direito e de Arquitetura e Urbanismo referentes à intensidade do sentimento de vergonha nas diferentes situações apontadas acima;
4. Conhecer a concepção dos participantes a respeito do sentimento de vergonha;
5. Investigar quais situações despertam nos participantes o sentimento de vergonha e as justificativas;
6. Averiguar se os participantes associam, espontaneamente, o sentimento de vergonha a uma falta moral cometida por outrem; e,
7. Investigar o juízo de valor moral dos participantes em uma situação na qual outrem cometeu uma falta moral.

Após a exposição dos objetivos, na sequência expõe-se a metodologia utilizada na presente pesquisa.

5. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em dois estudos, cada um contou com objetivos, número de participantes e metodologia diferentes. Os objetivos específicos de um a três nortearam o estudo 1, e de quatro a sete o estudo 2. É importante ressaltar que este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES, conforme carta de aprovação apresentada no Apêndice A.

5.1- Estudo 1

5.1.1 - Participantes

Participaram desse estudo estudantes universitários dos cursos de Direito e de Arquitetura e Urbanismo de uma instituição federal. Foram 98 estudantes de Arquitetura e Urbanismo e 104 de Direito, totalizando 202 participantes.

Uma vez que se trata de uma dissertação de mestrado com um período de tempo relativamente curto para a sua execução, as características da amostra foram limitadas a alunos de graduação de dois cursos de uma universidade pública. O critério escolhido para selecioná-los foi o fato de serem os mais concorridos no último vestibular da instituição, que antecedeu à coleta. A princípio, os que se adequavam nesse critério foram os cursos de Direito e Engenharia Civil. Como a graduação de Engenharia Civil é um curso com maior número de alunos do sexo masculino, excluímo-lo, pois essa característica poderia enviesar a amostra. A intenção inicialmente vislumbrou a possibilidade aproximar o número de participantes do sexo feminino e masculino, visto o parecer de Giligan (1982) a respeito das possibilidades de desenvolvimento moral diferente para cada gênero, embora outros afirmem que não há diferenças significativas (Lourenço, 1991; Walker, 1984). Desse modo, selecionou-se o outro curso mais concorrido, a saber, Arquitetura e Urbanismo.

5.1.2 - Instrumento

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário com questões fechadas (Apêndice B). O instrumento contém nove histórias, em que os participantes deviam julgar, de acordo com a escala proposta, o que os protagonistas deveriam sentir ou não, em cada situação, com relação ao sentimento de vergonha. As histórias foram apresentadas, no instrumento, na seguinte ordem, conteúdos associados à: generosidade (história 1), mentira (história 2), fracasso (história 3), honra (história 4), exposição (história 5), roubo (história 6), impotência (história 7), justiça (história 8) e vergonha de vergonha por condição (história 9). As de número um, dois, quatro, seis, oito e nove eram relacionadas à vergonha moral.

Diante da descrição de cada uma das situações, o participante era convidado a responder de acordo com o seu julgamento, se o protagonista da história deveria sentir vergonha diante do ocorrido por meio de uma escala de cinco pontos. A escala apresentada variava de nenhuma até extrema vergonha.

5.1.3 - Procedimento

Os questionários foram aplicados de forma coletiva, em sala de aula, dentro de uma universidade pública. Os participantes foram esclarecidos quanto à proposta de pesquisa e, aqueles que concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) antes de preencher o questionário. Nesse documento, são esclarecidos os objetivos e os procedimentos do estudo, assegurando o sigilo das informações coletadas, e garantindo que a pesquisa segue os padrões éticos da Resolução Nº 466/2012 do Ministério da Saúde - MS (Brasil, 2012).

5.1.4 - Tratamento e análise dos dados

Os dados coletados foram analisados de forma quantitativa. Os resultados foram lançados em uma planilha do *software* SPSS, um pacote estatístico para as Ciências Sociais (em inglês, *Statistical Package for the Social Sciences*®), na versão 18, o qual possibilitou o

cruzamento das informações e a detecção de possíveis relações existentes entre as respostas dos participantes.

5.2- Estudo 2

5.2.1 – Participantes

Após o primeiro estudo, foram selecionados 40 participantes, independentemente dos cursos nos quais estavam matriculados, que foram divididos em dois grupos, conforme se pode observar na tabela 1.

Tabela 1: Dados dos participantes da pesquisa do estudo 2.

	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Grupo A	10	10	20
Grupo B	10	10	20
Total	20	20	40

Foram consideradas duas especificidades na seleção dos universitários para compor a lista dos participantes do estudo 2. A primeira diz respeito à resposta que o participante apresentou no estudo 1 na história de conteúdo moral sobre honra. Assim, incluiu-se no grupo A os que assinalaram que o protagonista deveria sentir *muita* ou *extrema vergonha*; e no grupo B, os que assinalaram que o protagonista deveria sentir *nenhuma* ou *pouca vergonha*. A segunda especificidade considerada para a seleção dos participantes foi o gênero. Gilligan (1982) propõe a existência de um desenvolvimento moral feminino diferente do masculino. Por sua vez, outros autores (Lourenço, 1991; Walker, 1984) afirmam que as diferenças entre os sexos não têm sido significativas na análise dos aspectos morais. Dessa forma, o objetivo foi homogeneizar a amostra desse estudo quanto ao gênero dos participantes. Embora o sexo dos participantes não seja uma das variáveis a serem avaliadas neste estudo, decidiu-se entrevistar o mesmo número de rapazes e moças que se adequavam aos critérios anteriormente mencionados, a fim de anular os possíveis efeitos dessa variável nos objetivos propostos.

Dado o exposto, o número de participantes (n=20 para cada grupo) está de acordo com o proposto por Delval (2002), quando afirma que o mínimo de participantes por grupo deve ser de dez para cada característica a ser considerada, podendo haver dificuldades de comparação e nas conclusões do estudo se o número for menor do que esse.

5.2.2 - Instrumento

O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada, individual, tendo, como base, o método clínico piagetiano (Alencar & Ortega, 2003; Delval, 2002; Piaget, 1932/1994, 1926/2005b). O roteiro da entrevista foi dividido em duas partes. A primeira corresponde a perguntas sobre o juízo a respeito do sentimento de vergonha. Na segunda, foi rerepresentada aos participantes uma história do questionário, a de conteúdo moral sobre honra, acompanhada por um bloco de perguntas (Figura 1).

Figura 1. Roteiro de entrevista utilizado na segunda etapa da pesquisa.

<p><i>Parte 1:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O que você entende por vergonha? 2. O que faz você sentir vergonha? Por quê? <p><i>Parte 2:</i></p> <p>HISTÓRIA 4:(versão feminina: Marcela)</p> <p><i>“O professor faz uma pergunta para <u>Marcelo</u>, mas não considera a resposta satisfatória. O professor, então, diz que Marcelo é burro e que não tem futuro. Marcelo agride o professor com um soco.”</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 3. O que Marcelo deveria sentir depois de ter agredido o professor com um soco? 4. Marcelo deveria sentir ou não vergonha? Por quê?

5.2.3 - Procedimento

Os selecionados para o estudo 2 foram contatados e as entrevistas marcadas em local combinado entre a pesquisadora e eles. Novamente, os participantes receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D).

As entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas na íntegra e, posteriormente, transcritas, sendo que três entrevistas aparecem como exemplo em apêndice digitalizado (Apêndice DA). A média de duração foi de 23 minutos, com o tempo delas variando entre cinco e 41 minutos. Vale ressaltar que as gravações foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e serão mantidas guardadas de forma segura, em arquivo pessoal, por cinco anos, e, após esse período, serão descartadas. Ainda seguindo os padrões éticos da Resolução Nº 466/2012 do Ministério da Saúde - MS (Brasil, 2012), o anonimato dos entrevistados será garantido também com a utilização de nomes fictícios para a divulgação dos dados.

Utilizou-se, nas entrevistas, o método clínico proposto por Piaget (1932/1994, 1926/2005b). Esse é um conjunto de procedimentos, tanto para coleta quanto para análise de dados, com o objetivo de investigar como pensam os participantes sobre algum fenômeno. De acordo com Delval (2002), esse método tem como base a “intervenção sistemática do pesquisador” (p.12). Permite acompanhar o percurso do pensamento do participante no decorrer do protocolo de perguntas e dos possíveis casos narrados. Dessa forma, esta metodologia se confirma como uma escolha adequada, de acordo com os objetivos deste estudo, visto que fornece subsídios para se investigar os juízos dos participantes. Acrescente-se a isso, o fato de que o método clínico piagetiano é um dos principais métodos aplicados no estudo da moralidade humana (Alencar e Ortega, 2003).

5.2.4 - Tratamento e análise dos dados

Uma vez concretizada a transcrição dos dados, procedeu-se a uma leitura minuciosa de todos os protocolos de entrevistas para a elaboração das categorias detalhadas e resumidas. Esse trabalho, de categorização e análise ocorreu fundamentado na teoria piagetiana e na sistematização proposta por Delval (2002). Para tanto, as seguintes medidas integraram esta etapa: transcrição de todas as entrevistas, leitura de todos os protocolos, elaboração de categorias iniciais, discussão das categorias iniciais com auxiliares de pesquisa, elaboração de categorias detalhadas e resumidas e análise das entrevistas mediante as categorias elaboradas. O tratamento dos dados pode ser observado nos três panoramas apresentados como exemplo no apêndice digital (Apêndice DB).

6- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar a apresentação dos resultados e da discussão, alguns esclarecimentos quanto à redação dos mesmos são importantes.

- i. Embora o número de participantes do segundo estudo seja igual a 40, o número total de respostas e/ou justificativas (n) variou em algumas questões em análise. Isso ocorreu porque em algumas perguntas os estudantes poderiam fornecer mais de uma resposta ou motivo;
- ii. Na exposição da análise dos resultados, será mencionado o número de respostas e/ ou justificativas de cada questão;
- iii. De igual modo aparecerá o número de respostas ou justificativas (n) e a porcentagem (%) relativa ao total de cada categoria descrita;
- iv. É importante explicar que na categoria de análise denominada *outros* foram agrupadas as informações que, devido à sua baixa ocorrência, não integraram nenhuma das categorias já existentes;
- v. Nesse capítulo, estarão em evidência os conteúdos das questões apresentadas aos participantes com a marcação **em negrito**, de modo a identificar as informações avaliadas;
- vi. As categorias resumidas encontram-se em *itálico*, e as categorias detalhadas entre aspas;
- vii. Para uma melhor ilustração das categorias de análise, há trechos das entrevistas em forma de citação. Assim sendo, os trechos de entrevista dos participantes serão apresentados em *itálico* e entre aspas. Ao final, entre parênteses, encontra-se o nome fictício do estudante.

Tendo em vista uma melhor organização e exposição dos dados, a apresentação dos resultados dividiu-se em dois subcapítulos, a saber, I) Julgamento moral a respeito da

intensidade do sentimento de vergonha em diferentes situações, e, II) Juízo moral do sentimento de vergonha. Esse capítulo foi subdividido em dois tópicos: concepção do sentimento de vergonha, e história fictícia envolvendo uma falta moral em relação à honra.

O estudo 1 analisa os dados coletados por meio do questionário referente à resposta do julgamento dos universitários sobre a presença e/ou intensidade do sentimento de vergonha em nove situações diferentes. O estudo 2 refere-se à investigação sobre o juízo moral dos estudantes universitários relacionado ao sentimento de vergonha. No primeiro tópico, a análise focou a concepção dos estudantes sobre a vergonha, envolvendo a definição apresentada por eles para o sentimento, exemplos de situações que os fazem sentir vergonha e suas justificativas. No segundo, por sua vez, pesquisou-se sobre a história fictícia na qual o protagonista reage a uma ofensa por meio de uma agressão, estando nesse caso a questão do valor da honra. Diante da narração da história, investigou-se o sentimento que o protagonista deveria sentir após reagir; se deveria sentir ou não vergonha, e as justificativas. Desse modo, serão, inicialmente, divulgadas a apresentação e a discussão dos resultados do estudo 1.

6.1- Estudo 1: Julgamento moral a respeito da intensidade do sentimento de vergonha em diferentes situações

Este estudo fornecerá os dados coletados por meio do questionário referentes à investigação; se foi atribuído aos protagonistas das histórias fictícias o sentimento de vergonha e, em caso positivo, a intensidade da mesma. Para uma melhor visualização do exposto, todas as tabelas que foram geradas pelo programa *spss* com os dados deste estudo encontram-se no apêndice digital (Apêndice DC).

Os participantes dessa etapa podem ser caracterizados da seguinte forma: (I) quanto ao curso, 48,5% alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, e, 51,5% alunos do curso de Direito, e, (II) quanto ao sexo: 68,5% do sexo feminino e 31,5% do sexo masculino.

Em relação ao curso, o confronto das respostas dos estudantes do Direito com a dos de Arquitetura e Urbanismo não forneceram diferenças percentuais relevantes. Dessa forma, os referidos dados não serão apresentados e discutidos no presente capítulo. No que concerne ao sexo dos participantes, apesar de na metodologia ter-se buscado estratégias para homogeneizar a amostra, não foi possível alcançar tal intento, visto que a maior parte foi do sexo feminino.

A seguir, serão expostos os dados a respeito da presença e/ou intensidade do sentimento de vergonha em diferentes situações. Os dados encontrados foram os seguintes:

Tabela 2: Levantamento a cerca da intensidade do sentimento de vergonha em diferentes situações.

Histórias	Nenhuma Vergonha		Pouca Vergonha		Vergonha		Muita Vergonha		Extrema Vergonha		Total %
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Fracasso	101	50	32	15,8	35	17,3	23	11,4	11	5,5	100
Impotência	95	47	22	10,9	41	20,3	28	13,9	16	7,9	100
Exposição	103	51	51	25,2	28	13,9	14	6,9	06	3,0	100
Generosidade	49	24,3	59	29,2	73	36,1	18	8,9	03	1,5	100
Honra	19	9,4	30	14,9	64	31,7	33	16,3	56	27,7	100
Vergonha de vergonha (condição)	24	11,9	07	3,5	43	21,3	53	26,2	75	37,1	100
Justiça	05	2,5	11	5,5	53	26,2	76	37,6	57	28,2	100
Mentira	04	2,0	15	7,4	59	29,2	74	36,6	50	24,8	100
Roubo	05	2,5	01	0,5	04	2,0	19	9,4	173	85,6	100

Em análise agora os dados apresentados na tabela 2, interpretando-se inicialmente os resultados concernentes às histórias de fracasso, impotência e exposição. A análise feita aqui se refere à presença (soma dos percentuais *de pouca vergonha, vergonha, muita vergonha e extrema vergonha*) ou ausência de vergonha em cada uma dessas situações.

Na história fictícia que retrata um contexto de fracasso, os dados da tabela 2 permitem verificar que não houve diferenças relevantes quanto ao percentual para a ausência de vergonha (n=101,50%), e a presença da mesma (n=101, 50%). Embora o julgamento dos participantes tenha se mostrado dividido quanto à possibilidade de presença ou ausência do sentimento de vergonha, na metade das respostas o fracasso é apontado como uma das situações desencadeadores do sentimento de vergonha. Verificou-se também esse aspecto nas considerações de diversos estudos que apontam o fracasso como uma situação eliciadora do sentimento de vergonha (Alencar & La Taille, 2008; La Taille, 1997, 2002b; Stoeber, et al.,

2007; Tracy & Robins, 2006; Tangney & Miller, 1996; Tangney et al., 2007; Tangney & Tracy, 2012).

O mesmo pode ser observado na situação de impotência, na qual se obteve 47% de ausência de vergonha (n= 95), e 53% de presença da mesma (n=107). De fato, o sujeito pode sentir vergonha em circunstâncias que lhe foram impostas, das quais não pode vislumbrar reparação (Alencar & La Taille, 2008; Harkot-de-La-Taille, 1999, Stoeber, et al., 2007), ou seja, o sentimento de vergonha pode gerar no sujeito um estado de impotência diante de algo e a partir do qual não se vislumbra nenhuma reação.

Por fim, no contexto de exposição, 51% dos participantes atribuíram *nenhuma vergonha* (n=103), e 49% que atribuíram alguma intensidade de vergonha (n=99, 49%). A exposição é considerada uma das situações para a vergonha (Harkot-de-La-Taille, 1999; La Taille, 2002a, 2002b), e estudos realizados encontraram menção à exposição como episódios potencialmente desencadeadores desse sentimento (Leeming & Boyle, 2013; Schimith, 2013). Esses estudos mostram que, quando se trata da ação em si ou da representação da realidade de situações de exposição, estas despertam quase sempre vergonha.

Pode-se inferir, assim, em relação às situações de fracasso, impotência e exposição, que nos dados ora encontrados não há uma diferença relevante entre não sentir e sentir vergonha – quer seja, *pouca vergonha*, *vergonha*, *muita vergonha* ou *extrema vergonha*. No entanto, os estudos anteriormente mencionados relatam preferencialmente a presença desse sentimento nessas situações. Essa diferença pode ser explicada pela particularidade do método aqui empregado, por ser um levantamento do julgamento dos estudantes, por meio de opções de respostas com diferentes intensidades para o mesmo sentimento. O questionário possibilita aos participantes terem uma visão completa de todo instrumento antes mesmo de respondê-lo, podendo comparar as diferentes histórias e mudar sua resposta. Isso é algo que parece ser bem

mais difícil de acontecer se fosse apresentado a uma história por vez, ao apresentar respostas e/ou justificativas antes de passar à próxima.

Outro aspecto diz respeito ao fato de a avaliação deste estudo focalizar o julgamento dos participantes e não o juízo de valor moral. Dado tomado apenas nas sentenças apontadas pelos participantes e não no raciocínio para chegar a elas. Ocorre aqui também uma diferença com relação aos estudos anteriormente mencionados, que utilizaram métodos permissivos de elaboração de respostas pelos participantes, nas quais se podia acompanhar o seu raciocínio (Schimith, 2013) ou nas quais os participantes narraram com detalhes episódios de suas vidas (Leening & Boyle, 2013).

Por fim, convém mencionar que o presente estudo insere no instrumento a variável da intensidade atribuída à vergonha, e não apenas a sua presença ou ausência, o que também diferencia o tipo de julgamento a ser feito pelo participante para responder o questionário.

A partir do exposto, agora serão avaliadas as histórias de conteúdo moral. O início será pelas histórias de generosidade, honra e vergonha de vergonha de condição. Na primeira história, 24,3% (n=49) dos estudantes julgaram que o protagonista não deveria sentir vergonha, e 75,7% (n=153) atribuíram alguma intensidade de vergonha ao protagonista. Esses dados se diferenciam do estudo realizado por Araújo (1998) com crianças e adolescentes, na qual apenas 9% da amostra atribuiu de forma espontânea o sentimento de vergonha a alguém sem generosidade. Cabe, entretanto ressaltar, como anteriormente mencionado, as particularidades do método empregado no presente estudo, o questionário e o aplicado por Araújo (1998). Nesse último, os participantes não foram introduzidos diretamente à questão da vergonha, uma vez que a pergunta era o que o protagonista sentiu, ao passo que, no presente estudo, as opções de respostas apresentadas tratam especificamente desse sentimento, apesar de os participantes poderem assinalar a opção *nenhuma vergonha*.

Na história de honra, por sua vez, *nenhuma vergonha* foi atribuída ao protagonista por 9,4% (n=19), ao passo que em 90,6% (n=183) foram atribuídas respostas com alguma intensidade de vergonha. A honra é considerada uma virtude diretamente ligada à vergonha, visto que nesse sentimento o que mais importa é a honra do sujeito (Anolli, 2003; La Taille, 1997, 2001, 2002a, 2002b, 2006b, 2007). O alto índice de menção pelos participantes destaca essa relação.

Sobre a história que versa a respeito da vergonha de condição, o resultado foi que 11,9% (n=24) das respostas não atribuíram vergonha ao protagonista, e 88,1% (n=178) atribuíram alguma intensidade do sentimento ao protagonista. La Taille (2006b) apresenta uma análise dessa situação bastante esclarecedora para os nossos dados. Quando o protagonista sente vergonha da condição da mãe, está em jogo o valor do *status* social, ou seja, ser considerado como uma pessoa de classe social elevada é algo almejado, em suas representações de si. Portanto, ela não se caracteriza como uma vergonha moral. Por outro lado, uma vez que o protagonista sentiu vergonha da condição da mãe, o que ele deveria sentir no segundo momento? Os dados aqui encontrados atribuem, em sua maior parte, o sentimento de vergonha para o protagonista. Ou seja, os participantes atribuem ao protagonista à vergonha de vergonha. Esta se caracteriza como uma vergonha de valor moral, uma vez que não está em questão mais o *status* social, mas o fato de ter sido ingrato e injusto com a mãe. Essa história sugere que os valores integrantes da representação de si podem ser morais ou não, e estão em um jogo de força (La Taille, 2006b). O fato de a maior parte das respostas indicar a presença de vergonha no julgamento dos participantes demonstra que na história retratada o valor do *status* social não foi considerado.

Em análise sobre as histórias de justiça, mentira e roubo, essas histórias obtiveram os maiores percentuais em *muita* e *extrema vergonha*. Na história de justiça, 97,5% (n=197) dos universitários julgaram que o protagonista deveria sentir alguma intensidade de vergonha, ao

passo que 2,5% (n=05) atribuíram *nenhuma vergonha*. A justiça é uma virtude a qual o sujeito é exortado a ter, exige-se dele agir com justiça. De tal modo que alguns autores a consideram a virtude maior e mais racional de todas as virtudes (Comte-Sponville, 2009; Kohlberg, 1992; La Taille, 2006b; Piaget, 1932/1994). Portanto, era esperado que essa situação despertasse julgamentos ligados a intensidades maiores de vergonha, pois trata-se de uma virtude ligada à legalidade e legitimidade dos atos, algo exortado e considerado como fundamental para organizar os indivíduos em sociedade (Piaget, 1932/1994).

Na história sobre mentira, há ausência de vergonha (n=4, 2%), e presença de vergonha (n=198,98%). Por sua vez, na história de roubo, ausência de vergonha (n=5, 2.5%) e presença de vergonha (n=197, 97,5%). Assim como na justiça, essas histórias abordam conteúdos relacionados com o binômio direitos/deveres. Ou seja, trata-se de valores que inspiram tanto sentir-se no dever de ser justo, quanto no direito de ser tratado com justiça (La Taille, 2000a, 2006b). Por isso, aqui os dados apontam as histórias de justiça, mentira e roubo com altos índices para o sentimento de vergonha, uma vez que a virtude da justiça é bastante exortada, e esses comportamentos, de mentira e de roubo, são condenados. Pode-se afirmar que essa virtude não só delimita como regulamenta as ações das pessoas, possibilitando a convivência em sociedade sobre as bases dos princípios dos direitos de igualdade e equidade (Piaget, 1932/1994).

O fato de as histórias com conteúdos morais terem alcançado percentuais altos nos maiores níveis de intensidade de vergonha demonstra que os participantes consideram essas situações potencialmente eliciadoras do sentimento de vergonha. É possível inferir, então, no que concerne ao julgamento moral dos estudantes, que eles aparentam considerar valores morais como importantes nas avaliações apresentadas.

Destarte, é importante demarcar uma leve diferença nos dados referentes às histórias de conteúdos morais. As histórias de generosidade e de honra obtiveram maior percentual na

opção de resposta do questionário denominada vergonha; ao passo que as demais ficaram com maior índice em *muita vergonha* e *extrema vergonha*.

A generosidade é uma virtude exortada pela nossa cultura e um tanto quanto almejada, mas não exigida da mesma forma que a justiça e a questão dos direitos e deveres (La Taille, 2000a, 2006a). Ao contrário das virtudes cujo sujeito é exortado a cultivar, a generosidade se caracteriza mais como uma virtude almejada (La Taille, 2006a). Portanto, é perfeitamente tolerável que você não seja generoso, desde que seja justo.

Já a virtude honra, como anteriormente sublinhado, trata-se do valor da pessoa aos próprios olhos e aos olhos da sociedade (Pitt-Rivers, 1965). Portanto, existem dois tipos, a ‘honra interior’ e a ‘honra exterior’ (La Taille, 2006b; Pitt-Rivers, 1965). Em nome dessa virtude, pode-se realizar ações com honra ou pela honra (La Taille, 2006b). De tal forma que, em uma situação como a retratada na história fictícia, na qual ocorreu uma situação de humilhação, a “boa imagem” do sujeito é posta em risco tanto aos próprios olhos quanto aos olhos dos outros. A busca por reparar o dano a sua honra dependerá de qual tipo está em jogo, se é a honra interior ou a exterior, e o que for mais central para o sujeito. Logo, o fato de não alcançar percentuais altos de respostas nos níveis de *muita* e *extrema vergonha*, pode ser esclarecido devido às possibilidades do tipo de honra em questão e a forma como julgam o tipo da ação, se ‘com honra’ ou ‘pela honra’. Entretanto, tal hipótese não pôde ser verificada no presente estudo devido às limitações do instrumento.

Dado o exposto, este estudo atendeu ao objetivo de realizar um levantamento mais abrangente a respeito da vergonha com estudantes universitários. Possibilitou também selecionar alguns dos participantes para prosseguir a pesquisa e buscar alcançar os demais objetivos da presente dissertação. Assim, os dados encontrados no estudo 2 que investiga o juízo de valor moral dos estudantes universitários encontram-se a seguir.

6.2- Estudo 2: Juízo moral dos estudantes universitários relacionado ao sentimento de vergonha.

6.2.1- Concepção do sentimento de vergonha

Nesta etapa, serão apresentados os dados referentes à concepção dos universitários sobre a vergonha. Essas informações referem-se às respostas e justificativas das questões: **O que você entende por vergonha?, O que faz você sentir vergonha? e Por quê?**

No que concerne à primeira questão, os participantes mencionaram um total de 158 respostas agrupadas nas categorias apresentadas na tabela 3. Todas as tabelas deste estudo encontram-se disponíveis em apêndice digital (Apêndice DD).

Tabela 3: Definições para o sentimento de vergonha.

Categoria	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Constrangimento/desconforto/timidez	29	18,4
Juízo e/ou olhares alheios	27	17,1
Exemplos Diversos	22	13,9
Costumes da educação, cultura e sociedade	19	12
Autojuízo	17	10,8
Conteúdos próprios considerados morais	16	10,1
Sentimento subjetivo/emocional	08	5
Caráter e a personalidade da pessoa	06	3,7
Sensações físicas	05	3,2
Arrependimento	05	3,2
Sentimento que regula a ação	02	1,3
Humilhação	02	1,3
Total	158	100

Como se pode observar, a definição mais proferida pelos participantes está relacionada a *Constrangimento/desconforto/timidez*. As respostas aqui descritas envolvem a relação da vergonha com o constrangimento, a se sentir acuado diante de algo. Portanto, a

definição de vergonha soa como sinônimo de constrangimento, se sentir mal em alguma situação, timidez, desconforto e se sentir acuado. Por exemplo, as falas a seguir: *“Eu acho que vergonha a pessoa tem quando ela se sente desconfortável ou até mesmo acuada de certa forma em vários momentos (Ubaldo)”* e *“Vergonha para mim é algo que causa constrangimento para você, te deixa talvez um pouco intimidado, constrangido talvez ou acuado. (Delvira)”*.

A definição *juízo e/ou olhares alheios* também apareceu com bastante frequência. Assim, nessa categoria encontram-se definições de vergonha relacionadas ao juízo de terceiros e/ou ao seu olhar (exposição). Algumas respostas apontam apenas para alguma dessas dimensões, outras para as duas. Por exemplo, *“quando você se coloca ali frente ao olhar do outro é... e você acha que aquele olhar a seu respeito não é positivo, é pejorativo, é recriminatório, então se manifesta um mal-estar que eu chamaria isso de vergonha. (Jurandir)”*.

Em *exemplos diversos*, surgem respostas nas quais os participantes utilizaram exemplos de situações desencadeadoras da vergonha para defini-la. Nessa categoria, aparecem as seguintes categorias detalhadas: “fazer algo errado ou fugir do padrão”, “não atingir as expectativas, uma ação de outra pessoa”, “causar mal a outrem”, e “agir sem pensar”. Observe o conteúdo de cada uma e os exemplos.

Na primeira, o conceito de vergonha está relacionado a “fazer algo errado ou fugir do padrão”, *ou seja*, existe um padrão qualquer e por algum motivo você está fora dele, como mostra o exemplo, *“Vergonha é um sentimento que, como se você tivesse feito algo errado perante o local que você está também (Davi)”*.

A vergonha também se refere a “não atingir as expectativas”, ou seja, o fracasso, ao fato de falhar em algo. Por exemplo, *“um sentimento ruim eu acredito que você tem em relação a um fracasso e, às vezes, a expectativa criou-se e você não fez daquela forma, não*

por fracasso, mas por qualquer outra eventualidade, você também pode se sentir envergonhado por isso (Giuliano)”.

Além dessas, alguns fazem menção a “uma ação de outra pessoa”. Trata-se do fato de poder sentir vergonha como uma consequência de uma ação feita por outra pessoa, “*então, eu acho que a gente acaba sentindo vergonha dos atos das outras pessoas (Graciano)*”.

A ação de “causar mal a outrem” também é apontada como definição de vergonha, o que significa que prejudicar outrem pode provocar vergonha. Como se pode observar na fala deste participante: “*Quando você faz algo que prejudique alguém (Suzana)*”. Por fim, “agir sem pensar”, ação de agir sem pensar, agir por impulso, como no exemplo “*quando a gente acaba agindo por impulso (Afonso)*”.

No que diz respeito aos *costumes da educação, cultura e sociedade, encontram-se* reunidas as definições de vergonha relacionadas àquilo que a sociedade, a cultura diz que é certo ou não fazer. Se a sociedade reprova algo, o sujeito vai sentir vergonha de fazer aquilo. Por exemplo, “*Esse tipo de vergonha que acho que vem da cultura (Gracinda)*”, “*Algo que a sociedade vê como inaceitável (Graziela)*”, e “*Acho que vergonha pode estar relacionada à questão de não aceitação social. Um medo de não ser aceito pela sociedade. (Arlindo)*”.

As respostas reunidas em *autojuízo* dizem respeito a definições de vergonha relacionadas ao autojuízo, ao julgar-se a si mesmo e reprovar a ação. Por exemplo, “*Você se fecha um pouco para pensar no que você fez (Cristina)*”, e “*Eu acho que seria esse sentimento de reprovação, não é? (Afonso)*”.

As definições de vergonha relacionadas aos valores morais dos participantes aparecem em *conteúdos próprios considerados morais*. Relacionam-se ao que o participante acredita ser certo e errado. Por exemplo, “*Uma atitude que você reprove nos seus parâmetros morais, violar seus próprios parâmetros do que é correto do que é moral (Givaldo)*”, e “*O que a gente entende por errado e por certo o que a gente aprende desde criança (Angélica)*”.

Outro aspecto evidenciado na definição refere-se à dimensão da vergonha como um *sentimento subjetivo/emocional*. Ao contrário das sensações físicas, neste estudo, os participantes apontam para uma sensação emocional, a um sentimento de ordem involuntária, algo espontâneo que assalta o indivíduo de surpresa contra a sua vontade. Por exemplo, “*É um sentimento mais emocional (Graziela)*”, “*Eu definiria vergonha como uma manifestação de sentimentos, uma questão muito subjetiva (Jurandir)*”, “*É uma coisa mais espontânea (Gracinda)*” e “*É algo que eu não espero e eu sou pego de surpresa (Valério)*”.

A vergonha também foi relacionada ao caráter e à *personalidade da pessoa*. Assim, dependerá da personalidade da pessoa se ela vai sentir ou não vergonha em determinada situação. Por exemplo, “*Eu acho que a vergonha de você pegar alguma coisa e ter a possibilidade de devolver e não devolver seria alguma coisa relacionada com seu caráter (Olga)*” e “*=Varia muito de personalidade (Ariana)*”.

Além do aspecto subjetivo da vergonha, as respostas dos universitários destacam a relação do sentimento com as *sensações físicas* que este desencadeia no corpo, logo a emoção da vergonha. Por exemplo, “*É um sentimento que às vezes desencadeia a sensação física (Davi)*” e “*Você sente algumas reações, por exemplo, você enrubesce (Angélica)*”.

O *arrependimento* também foi destacado como relacionado à vergonha. Sentir vergonha está associado ao sentimento de arrependimento diante de alguma situação. Por exemplo, “*Quando ela faz algo que às vezes ela não queria ter feito e se arrepende (Gracinda)*” e “*Seria um arrependimento sobre uma própria conduta (Givaldo)*”.

As definições que relacionam a vergonha enquanto um sentimento regulador de uma possível ação, que pode inibir, impedir que alguém faça algo, foram reunidas em *sentimento que regula a ação*. Por exemplo, “*Algo que te inibe/ Tipo o sentimento de vergonha ele te impede de praticar alguma coisa que você faria (Cesariano)*”.

Por fim, a vergonha relacionada à humilhação, ao se sentir humilhado foram agrupadas na categoria *humilhação* (n=2). Por exemplo, “*É um ato de você se sentir inferior ao outro* (Aurélio)”.

Para esclarecer melhor a concepção do sentimento de vergonha, a seguir, serão descritos os dados encontrados a partir da segunda pergunta deste tópico: **O que faz você sentir vergonha?** O objetivo foi descrever quais exemplos de situações desencadeadoras da vergonha seriam mencionados pelos participantes. As respostas dos participantes forneceram um total de 107 exemplos, que foram reunidos em sete categorias, a saber: *exposição ao olhar alheio* (n=53; 49,6%), *comportamentos considerados imorais* (n=27; 25,2%), *não atingir o objetivo* (n=7; 6,5%), *não saber como lidar com a situação* (n=6; 5,6%), *contágio relacionado à ação do outro* (n=5; 4,7%), *juízo alheio* (n=5; 4,7%), e *outros* (n=4; 3,7%). O conteúdo de cada uma das categorias encontra-se na sequência.

Em *exposição ao olhar alheio* foram reunidos os exemplos nos quais os participantes mencionaram que o fato de estar exposto, de ser objeto do olhar alheio, como o caso de falar em público, os faz sentir vergonha, a vergonha de exposição; bem como os exemplos mencionando situações em que precisam entrar em contato com uma pessoa estranha e/ou desconhecida também os faz sentir vergonha. Portanto, surge menção nesta categoria de exemplos que remetem à exposição pura e simples ao olhar alheio (a um público qualquer, ou a alguém desconhecido). Por exemplo, “*Quando eu estou em público com muita gente que eu não conheço* (Verônica)”, e “*Vergonha de estar conversando com alguém pela primeira vez* (Virgílio)”.

Os participantes mencionaram que sentem vergonha quando apresentam *comportamentos considerados imorais*, ou seja, tudo aquilo que contraria a sua moral e os seus valores. Nesta categoria há respostas como: roubar, reagir ou agir de modo agressivo, ofender alguém – humilhar, mentir, colar na prova e saber o que é certo e fazer o errado. Por

exemplo, *“Tudo aquilo que me diminuiria aos meus próprios olhos (Jurandir)”*, *“Coisas que contrariam a moral a ética (Cesariano)”*, *“Quando eu sei o que é certo e errado e fizer o errado (Graciano)”*, *“Tratar mal a pessoa, xingar, injuriar, coisa do tipo (Cesariano)”*, *“Colar em uma prova (Antônia)”*, *“Mentir (Vando)”*, e *“Me apropriar daquilo que não é meu (Gardênia)”*.

Outro exemplo de situação desencadeadora da vergonha é *não atingir os objetivos*, os participantes mencionaram sentir vergonha quando falham, fracassam em algo, ou não atingem os seus objetivos. Por exemplo, *“Não conseguir fazer algo que eu me propus a fazer (Vanderlei)”* e *“Fraquejar diante de uma situação em que eu tenho uma opção e não faço uma opção correta (Jurandir)”*.

Quanto a *não saber como lidar com a situação* surgiram exemplos em que os participantes mencionaram que sentem vergonha quando estão em uma situação inesperada, não sabem como lidar com aquilo, e quando não se sentem preparados para fazer algo. Por exemplo, *“Na faculdade, por exemplo, estou na aula, eu fico com vergonha de não estar tão preparado para participar da aula (Vando)”* e *“Situações inusitadas que a gente não sabe como reagir que sai do campo do que é comum (Valério)”*.

O *contágio relacionado à ação do outro* foi um dos exemplos citados. Foi mencionado pelos participantes que sentem vergonha por outras pessoas ou por causa de coisas que outras pessoas fazem ou fizeram. Por exemplo, *“Tenho vergonha de algumas coisas que meu irmão faz (Afonso)”* e *“sinto vergonha quando alguém não dá preferência para um idoso, para um cadeirante, qualquer pessoa que tenha uma restrição (Helena)”*.

Por sua vez, em *juízo alheio* estão contidos exemplos nos quais eles mencionam sentir vergonha por causa do juízo alheio, da crítica do outro, ao fato de se preocupar com o pensamento e o juízo alheio. Por exemplo, *“Medo das pessoas me julgarem mal (Graciano)”*, e *“Eu fico envergonhada com o que as pessoas vão pensar sobre mim (Ariana)”*.

Por fim, em *outros* (7) encontram-se os exemplos que não se adequam em nenhuma das categorias anteriores, como não se sentir incluído em algum contexto, contrariar aos pais, dentre outros. Por exemplo, em “*É em relação aos meus pais, de eu tomar uma atitude que eles não esperam* (Arlindo)”.

Por fim sobre o que se refere ao juízo moral sobre o conceito de vergonha, serão expostas as justificativas para cada exemplo por eles citados como uma situação desencadeadora do sentimento. Ou seja, **por que sentem vergonha em determinada situação?** Assim, a tabela a seguir (tabela 4) apresenta as categorias de análise construídas para esta questão. Os dados serão apresentados de forma discursiva com referência ao conteúdo de cada uma delas.

Tabela 4: Justificativas para os exemplos de situações que os fazem sentir vergonha.

Categorias	Frequência (n)	Porcentagem (%)
1. Juízo alheio	47	26,6
2. Maneiras de lidar com a situação	30	16,9
3. Exposição ao olhar alheio	26	14,7
4. Oposição aos valores próprios considerados morais	24	13,6
5. Costumes da educação, cultura, sociedade	14	7,9
6. Autojuízo	07	4,0
7. Fato saber o que é certo e fazer o errado	05	2,8
8. Identificação com o sentimento da outra pessoa	05	2,8
9. Consequências negativas do ato	04	2,2
10. Culpa	03	1,7
11. Humilhação	03	1,7
12. Sentimento de não pertencer à situação	03	1,7
13. Dado perdido	01	0,6
14. Outros	05	2,8
Total	177	100

A categoria de maior frequência *juízo alheio* compreende as falas nas quais os participantes se remetem aos juízos alheios como justificativa para a vergonha, ou seja, sentem vergonha por que se preocupam em que pensamento ou crítica o outro terá sobre ele.

Por exemplo, “*É mais a expectativa, eu acho, do que as pessoas vão achar do que eu estou falando na hora (Ubaldo)*”, e “*A pessoa começa a pensar algo de mim que às vezes eu não sou, algo que foi momentâneo (Graziela)*”.

Em as *maneiras de lidar com a situação* estão as sentenças nas quais os participantes se remetem à forma como lidam com o exemplo por eles citados como o motivo para vergonha. Esta categoria identifica as formas de enfrentamento que apontam para o desconforto causado pela situação; o fato de estar fazendo algo que não queria; o medo de errar; o fato de não saber se comportar diante do ocorrido; e o fato de não se sentir capacitado e/ou preparado diante de algo. Como nos exemplos: “*Um desconforto assim, que causa uma certa vergonha (Celso)*”, “*Às vezes você não quis estar naquela situação, você é obrigado a estar naquela situação (Ariana)*”, “*Medo de errar (Graciano)*”, “*Eu fico sem saber como me comportar (Graça)*”, “*Você vê os outros fazendo e você tem uma limitação e não consegue corresponder (Davi)*”, “*Me sentindo meio incapaz ou meio impotente (Aurélio)*” e “*Porque você deveria estar preparada para aquilo, ou pelo menos se preparar para aquilo ali (Antônia)*”.

A *exposição ao olhar alheio* é o argumento utilizado pelos participantes referente aos olhares alheios para justificar a vergonha, ou seja, eles sentem vergonha por causa do olhar alheio, a simples exposição desencadeia a vergonha. Bem como a presença de pessoas desconhecidas, que intimidam o participante. Por exemplo, “*Porque tem várias pessoas vendo (Ubaldo)*”, e “*Porque isso te expõe (Vando)*”.

Reunidas em *oposição aos valores próprios considerados morais* encontram-se as justificativas relacionadas aos valores que os participantes consideram como morais, ou seja, sentem vergonha por causa de seus valores morais, seus princípios, pois o ato em questão está em oposição aos seus valores. Houve menção a valores morais de forma geral, e a valores como justiça e respeito. Por exemplo, “*Porque vai contra o meu... a minha moral, aquilo que*

eu constituo como a minha própria moral (Olga)”, “*Às vezes eu acho assim que uma disputa desleal, assim sabe, não é uma coisa muito ligada a com ser justo (Vanderlei)*”, e “*Porque toda pessoa merece respeito (Graciano)*”.

Por sua vez, *costumes da educação, cultura, sociedade* remetem aos costumes passados pela educação familiar, pela cultura, pela sociedade e pela religião como motivação para a vergonha, ou seja, sentem vergonha porque a educação recebida, a cultura, a sociedade e a religião ensinam que deve se sentir vergonha. Por exemplo, “*Não, você não deve, é uma regra familiar, não pode fazer isso (Edmundo)*”, “*Então, é uma pressão social (Gardênia)*”, “*Acho que baseado na percepção que eu tenho porque eu sou cristão (Evandro)*” e “*Acho que a cultura traz muito isso (Gracinda)*”.

O *autojuízo* (n=7) foi apresentado como justificativa. Nesse aspecto, os participantes explicam o sentimento decorrente de uma situação devido ao autojuízo, ou seja, por julgar-se a si mesmo e reprovar a ação. Por exemplo, “*É... um subjugamento meu mesmo, aí eu fico meio mal por isso assim (Aurélio)*”, e “*Eu fiquei com vergonha por perceber a minha ignorância (Guilhermina)*”.

Os participantes também argumentam que o fato de *saber o que é certo e errado e fazer o errado* é razão para sentir vergonha. Por exemplo, “*Você sabe que aquilo não está certo que não estudar está errado (Germana)*”, e “*Então você está fazendo uma coisa errado que você sabe que não deveria estar fazendo (Antônia)*”.

Quanto as explicações que ressaltam a *identificação com o sentimento da outra pessoa* foram reunidas nesta categoria as falas dos participantes que remetem à identificação com a outra pessoa, ou seja, no lugar dela o participante sentiria a mesma coisa. Por exemplo, “*Se eu me colocasse no lugar do outro talvez eu ficaria magoada aí eu vejo que ele está se sentindo assim (Graciela)*”, “*Porque talvez eu não gostasse de estar passando por aquela mesma situação (Geraldo)*” e “*eu não gostaria que fizesse comigo (Amélia)*”.

Em *consequências negativas do ato* as argumentações reunidas fazem menção às consequências que são desencadeadas com o exemplo como motivo para sentir vergonha. Houve menção a consequências de forma geral, sem especificar quais, e a consequências como o sentimento de desconforto e a imagem pessoal que fica depois do ocorrido. Por exemplo, “*Medo de ter uma consequência pior (Graciela)*” e “*Mas eu acho que mais ou mesmo tem aquele medo da represália (Afonso)*”, e “*Porque eu acho que você passa uma imagem para outras pessoas, imagem que você não gostaria (Givaldo)*”.

Por sua vez, no sentimento de *culpa*, os argumentos apresentados pelos participantes remetem ao sentimento de culpa resultante da situação. Por exemplo, “*Vou sentir culpa (Gael)*”, e “*A mentira por si só já traz muita carga de culpa de consciência pesada, de mal estar pelo menos para mim (Vando)*”.

Outro sentimento apresentado foi a *humilhação*, principalmente quando eles se referem ao fato de se sentirem inferiores e humilhados como razão da vergonha. Por exemplo, “*Me sinto inferior em relação a isso (Germana)*” e “*Um sentimento que gera vergonha, acho que é realmente eu me sentir menor que o outro assim, sabe (Aurélio)*”.

Nos argumentos reunidos em *sentimento de não pertencer à situação*, o sentimento de vergonha é desencadeado porque o indivíduo sente que não pertence à situação ou ao lugar. Sentem-se deslocados, como se não pertencessem àquele lugar ou situação, como na fala a seguir, “*E de não conseguir acompanhar por não fazer parte daquilo, você se perder, não acompanhar, ou travar mesmo. Meio que medo de tentar e estar como intruso (Germano)*”.

Por fim, há um *dado perdido*. Apesar da utilização do método clínico, um participante não conseguiu justificar um dos exemplos por ele citado, sendo a resposta considerada um dado perdido.

Discussão

Por meio dos resultados encontrados é possível inferir a existência de uma variedade de definições, exemplos e justificativas para o sentimento de vergonha. Isso possibilita analisar o juízo moral dos participantes a respeito desse sentimento. Convém ressaltar os conteúdos que apareceram em maior frequência ou que possuem relevância teórica para o presente estudo.

A análise será realizada da seguinte forma: primeiro, serão explicadas as categorias cujos conteúdos dos juízos equivalem a vergonha a um controle externo, aqueles que enfatizam seu papel de controle externo ao sujeito. Ou seja, as categorias de: conceito – *juízo e/ou olhares alheios; costumes da educação, cultura e sociedade*; exemplos – *exposição ao olhar alheio; juízo alheio*; e, justificativas para os exemplos – *exposição ao olhar alheio; juízo alheio; costumes da educação, cultura, sociedade*.

Em seguida, serão analisados os conteúdos que remetem à vergonha enquanto equivalente a um controle interno. Ao contrário do controle externo, esses explicam a vergonha agindo como um controle interno. Dessa forma, foram consideradas as seguintes categorias: conceito *constrangimento/desconforto/timidez; autojuízo; conteúdos próprios considerados morais; sentimento subjetivo/emocional; caráter e personalidade; sensações físicas; arrependimento; sentimento que regula a ação*; exemplos – *comportamentos considerados imorais; contágio relacionado à ação do outro; e, justificativa para os exemplos – oposição aos valores próprios considerados morais; autojuízo, fato saber o que é certo e fazer o errado; identificação com o sentimento da outra pessoa; culpa; sentimento de não fazer parte daquilo e outros (“afeto em relação ao outro”; “personalidade”, “perdeu alguém importante”, “perda do sentido da vida”)*.

E, por fim, há os conteúdos que equivalem a vergonha tanto a um controle externo quanto controle interno. Serão considerados: conceito – *exemplos diversos (“fazer algo errado”, “não atingir as expectativas”, “o contágio e a ação de fazer mal a outrem”)*;

humilhação; exemplos – *não atingir o objetivo*; *não saber como lidar com a situação*; *outros* (“não concluir o curso superior”; “bater o carro”; “tomar uma atitude que os pais não esperam”; “continuar a vida depois de ter perdido um filho”); e, justificativas para os exemplos – *maneiras de lidar com a situação*; *consequências negativas do ato*; *humilhação e, outros* (“acontece, naturalmente”). Por fim, lembramos que 0,2% foi *dado perdido*.

As macrocategorias definidoras da vergonha enquanto equivalentes a controle interno e/ou externo não se tornam definições estanques, mas, ao contrário, especificam predominâncias entre as quais ocorre uma dialética, visto que a vergonha pode agir ora como controle interno e ora como controle externo e, em alguns casos, como ambos. Conforme mencionado anteriormente, não haverá discussão de todos os conteúdos das macrocategorias, apenas os que apareceram em maior frequência e/ou com relevância teórica para o presente estudo. No entanto, será apresentada a porcentagem total para cada macrocategoria de análise.

Assim, além das respostas discutidas, há outros conteúdos mencionados na apresentação dos dados relacionados ao juízo da vergonha enquanto equivalente a um controle externo. Ao todo, 43,2% (n=191) das respostas e justificativas relacionam-se a esse controle. Desse modo, o conteúdo mais associado à vergonha pelos participantes foi o de *juízo alheio* e o *de exposição a olhares alheios*. As categorias de exposição e o juízo alheio aparecem associadas ao conceito de vergonha, bem como nos exemplos e justificativas apresentados para eles. Assim, na definição, juízo e exposição aos olhares, foram reunidos na mesma categoria por terem sido mencionados como conteúdos interligados, e nos exemplos e justificativas foram reunidos em categorias separadas.

Esses dados confirmam que o simples fato de ser olhado desperta vergonha, ao se perceber objeto e causa de julgamento para o outro. De igual modo, outros dois estudos apresentam a associação do sentimento de vergonha à exposição (Leeming & Boyle, 2013; Schimith, 2013), e a preocupação com o juízo de terceiros sobre suas ações (Tangney &

Miller, 1996). Dessa forma, nem sempre o olhar alheio aparece acompanhado do juízo, mas, como visto na literatura, ocupar esse lugar de ser objeto para o outro é a principal justificativa para sentir vergonha, pois, na vergonha, o lugar do outro é o de juiz, é o olhar do outro que, inicialmente, instaura a vergonha (Araújo, 2001; Harkot-De-La-Taille, 1999; La Taille, 1996b, 2002a, 2002b).

Outro conteúdo de controle externo são os juízos sobre a vergonha relacionados a *costumes da educação, cultura e sociedade*. São conteúdos mencionados na definição e como justificativa para os exemplos de vergonha, sendo que, no último caso, existe menção à religião também. De fato, vários autores têm apontado para a influência da educação e de valores culturais sobre os sentimentos morais (Anolli, 2003; Anolli & Pascucci, 2005; Gouveia et al., 2005; Gouveia et al., 2006; Orth, Robins & Soto, 2010; Tracy & Robins, 2006). Isso ocorre porque essas emoções, incluindo a vergonha, são emoções inicialmente produzidas em contexto social em função das relações estabelecidas com os outros.

Tendo finalizado a exposição dos conteúdos de controle externo, será feita a análise dos conteúdos de controle interno. Assim, das respostas e justificativas encontradas neste subcapítulo, 38,7% (n=171) ressaltam a vergonha enquanto correspondente a um controle interno. O primeiro a ser analisado refere-se ao juízo de vergonha que envolve os *conteúdos próprios considerados morais, os comportamentos considerados imorais e a oposição aos valores considerados morais*. Estes surgiram na definição de vergonha, nos exemplos mencionados como desencadeadores da mesma e nas justificativas, respectivamente. O sentimento de vergonha pode estar ligado a diferentes valores, amorais, imorais e morais (La Taille, 2001, 2006b), ou seja, o indivíduo sentirá vergonha quando romper com padrões de valores, dentre eles padrões morais (Orth, Robins & Soto, 2010; Tracy & Robins, 2006). Uma vez que a vergonha incide sobre o eu, e este é um conjunto de representações de si com valor positivo (Tognetta & La Taille, 2008), o sujeito vai sentir vergonha toda vez que agir contra o

seus valores. No caso de valores morais, o sujeito sentirá vergonha quando agir de forma contrária a valores morais que ele possui como centrais, ou seja, em oposição aos seus valores, caracterizando-se em uma perda de valor.

De igual modo, conteúdos de vergonha que remetem ao *caráter e à personalidade* das pessoas, foram apontados nas definições, que indicam que a vergonha está relacionada ao caráter de cada um, e mencionados uma vez nas justificativas na categoria *outros*. Para que uma pessoa seja feliz, ela, necessariamente, precisa se julgar uma pessoa de valor (La Taille, 2010). Isso só é possível quando as atitudes da pessoa são condizentes com a “boa imagem” que ela tem de si mesma. Por outro lado, quando o sujeito não mantém essa coerência entre as atitudes e a “boa imagem”, pode surgir o sentimento de vergonha. Dessa forma, “trata-se do sentimento de perda de valor pessoal” (La Taille, 2009a, p. 14). As respostas anteriormente mencionadas definem a vergonha por meio da perda de valores, que podem ser morais ou não. Os respondentes priorizam certas condutas, que constituem a “boa imagem” que possuem de si, e, no caso de incoerência com esta, surge a vergonha.

O *autojuízo* foi mencionado pelos participantes tanto na definição do sentimento quanto na justificativa para os exemplos mencionados. O fato de os dados relacionarem a vergonha ao autojuízo vem confirmar a definição dos teóricos a respeito da vergonha enquanto uma emoção autoconsciente (Anolli, 2003; Gouveia et al., 2005; Tangney, Stuewing & Mashek, 2007). Visto que se constitui por eventos que inserem o sujeito no centro da sua consciência, ou seja, faz com que ele realize uma autoavaliação.

O ato de julgar suas próprias ações pode levar ao *arrependimento*, categoria mencionada na definição. O arrependimento foi apontado por autores como um sentimento acompanhante da culpa (Stoeber, et al., 2007). Mas, no que se relaciona à vergonha, não foram encontrados estudos que apontassem essa relação. Entretanto, esses dados permitem uma interlocução com os anteriormente apresentados, a saber, a dimensão do autojuízo no

sentimento de vergonha. Uma vez que o sentimento pressupõe um autojuízo, uma reflexão da consciência do sujeito, é possível considerar que essa reflexão resulte não só no sentimento de vergonha, mas também no arrependimento da ação.

Outra característica, também mencionada pelos participantes na definição, é a de que a vergonha é um *sentimento que regula a ação* (La Taille, 2002a, 2002b). Ao perceber que a ação é conflitante com seus próprios valores, o sujeito é assim influenciado a julgar e fazer as suas ações de modo a corresponder a seus valores. E, uma vez que diante de uma exposição virtual pode ser desencadeada uma vergonha prospectiva, esta pode agir de modo a mudar a ação do sujeito, devido ao desconforto de se imaginar naquela situação. A vergonha age regulando a ação antes de ela acontecer.

Uma das justificativas apresentada para os exemplos de situações desencadeadoras da vergonha é o sentimento de *culpa*. A culpa e a vergonha têm sido temas de estudos no campo da Psicologia e estes apontam que, embora sejam construtos diferentes, essas emoções podem ser vividas de forma associada em algumas situações (Anolli, 2003; La Taille, 2002a, 2002b; Laskosi et al., 2013). Pode-se considerar, então, o seguinte processo: a ação desencadeia a culpa; ao sentir culpa, o sujeito julga a ação como incorreta e, por conseguinte, julga a si mesmo como incorreto por praticar essa ação, desencadeando a vergonha.

Na sequência, em análise as respostas que demarcam o juízo da vergonha ligado ao *constrangimento*, o desconforto e a timidez. Essa foi a categoria de maior frequência surgida na definição desse sentimento, algo importante de se destacar, uma vez que o constrangimento é demarcado pela Psicologia como um construto diferente da vergonha (Gouveia et al., 2005; Gouveia et al., 2006; Sabini et al., 2001). Embora teoricamente definidos como distintos, observou-se que o constrangimento foi utilizado pelos participantes com bastante frequência para definir a vergonha. Tal ocorrência pode ser explicada pela característica que ambos, vergonha e constrangimento, possuem em comum, a saber: o desconforto psíquico, o não se

sentir bem diante de determinada situação (La Taille, 2002a, 2002b; Scheff, 2014). Característica que pode explicar o porquê de o constrangimento e a timidez parecerem ser empregados como sinônimos de vergonha na cultura brasileira,

Quanto a dimensão *subjetiva e emocional* da experiência de vergonha, ou seja, o desconforto psicológico (Anolli, 2003; Souza, 2011). Esta categoria demarca a vergonha enquanto um sentimento, e sua experiência subjetiva. Ao contrário da categoria *sensações físicas*, que demarca a experiência emocional da vergonha e suas reações desencadeadas no corpo, como rubor, frio na barriga, suor. Na experiência de vergonha, o indivíduo apresenta algumas respostas psicofisiológicas em consequência de um estado de inadequação, e elas expressam o mal-estar que a pessoa sente por ter violado uma norma ou padrão (Anolli, 2003; Darwin, 1872/1981; Pitt-Rivers, 1965; Scheff, 2014; Tangney & Miller, 1996). Charles Darwin evidencia o fato de que o rubor nas faces constitui a experiência mais específica do homem, pois aparece quando alguém se torna ciente do próprio corpo, ou seja, uma experiência no qual o ego é colocado em evidência, logo, se trata do sentimento de vergonha.

Tendo exposto os conteúdos de controle externo e interno separadamente, surgem aqueles que associam a vergonha tanto a um controle externo quanto interno, que correspondem a 17,9% (n=79) dos dados encontrados. Houve definições que recorreram a *exemplos diversos* de situações que desencadeiam a vergonha para esclarecer o sentimento. Algumas dessas definições também apareceram quando se solicitou aos participantes que citassem especificamente exemplos de situações que os fazem sentir vergonha.

Na definição de vergonha, dentro da categoria *exemplos diversos*, tem-se a categoria detalhada “fazer algo errado ou fugir do padrão” e o fato de “saber o que é certo e fazer o errado”. Ligada a esses dois conteúdos encontra-se a perda da “boa imagem”, a perda de valor positivo. A boa imagem pessoal é perdida por causa de um comportamento considerado reprovável e negativo e, no caso, o sujeito tem consciência disso, resultando no sentimento de

vergonha ligado à experiência de perda da “boa imagem” (La Taille, 2002a, 2002b; Tognetta & La Taille, 2008).

Ainda em *exemplos diversos*, surgem as situações de “não atingir as expectativas”. De fato o sentimento de vergonha também aparece junto à experiência de fracasso e incapacidade como ressaltam alguns autores (Alencar & La Taille, 2008; La Taille, 1997, 2002b; Stoeber, Harris, & Moon, 2007; Tracy & Robins, 2006; Tangney & Miller, 1996; Tangney, et al., 2007; Tangney & Tracy, 2012). Os dados do presente estudo mostram que as situações nas quais não se atinge as expectativas, isto é, vive-se o fracasso ou falha em algo, desencadeiam no sujeito o sentimento de vergonha associado a sentimentos de desvalorização.

Outra microcategoria que apareceu na definição de vergonha, dentro de *exemplos diversos*, envolve os juízos que associam o sentimento à “ação de causar mal a outrem”. Os autores Leeming e Boyle (2013) encontraram em seu estudo registro a essa ação na descrição dos participantes de episódios em que sentiram vergonha. Os dados do presente estudo confirmam que o sentimento de vergonha também está associado a situações nas quais o sujeito causa dano a terceiros, ou seja, essa ação faz com que a pessoa julgue a si mesmo como desonrada.

Outro conteúdo que surgiu tanto na definição como nos exemplos de vergonha foram os juízos que associam o sentimento a uma ação de outra pessoa, ou seja, *contágio* relacionado à ação do outro. A vergonha ocorre não devido a uma atitude ou situação na qual o sujeito está em foco, mas devido a uma ação ou situação em que outro é o protagonista e que, ainda assim, origina o sentimento no sujeito como consequência de uma identificação ou até mesmo empatia. Pode-se afirmar que o sujeito reproduz a sentimento que ele julga que o outro está sentindo, ou pelo menos deveria sentir. De fato, as pessoas possuem a propensão a “imitar”, fenômeno que acontece de forma inconsciente, as expressões emocionais do outro, o

que resulta em uma experiência emocional simultânea e congruente com a original (Doherty, 1997; Gouveia, et al., 2006). Isso também ocorre com o sentimento de vergonha (Leeming & Boyle, 2013; Leith & Baumeister, 1998), denominado de vergonha de contágio (Harkot-De-La-Taille, 1999; La Taille, 2002b).

Por fim, o conceito e as justificativas para os exemplos associadores da vergonha a outro sentimento, a saber, a *humilhação*. A relação entre esses dois sentimentos justifica-se uma vez que em ambos acontece um rebaixamento, o sujeito sente-se inferiorizado, afinal, o que está em jogo é uma perda de valor. Muitas vezes, a vergonha pode ser resultado de uma situação de humilhação (Anolli, 2003), ou pode surgir associada a esta em uma situação em que há um ataque à ‘boa imagem’ do sujeito (Alencar & La Taille, 2007; Harkot-De-La-Taille, 1999; La Taille, 2002a, 2002b, 2006b). Quando convidados a definir o sentimento de vergonha, bem como quando solicitados a explicar esse sentimento nos exemplos por eles citados, os estudantes trazem a humilhação como um sentimento associado à vergonha. Contudo, não foi possível verificar a diferença entre vergonha e humilhação para os participantes, visto que não era esse o objetivo deste estudo. A vergonha é apontada por determinados autores, em alguns casos, como decorrente de uma situação de humilhação (Anolli, 2003; La Taille, 2002a, 2002b), nesse sentido a vergonha relaciona-se à perda de valor, logo, a pessoa se sente envergonhada por estar rebaixada e desvalorizada. Isso explicaria a associação do sentimento de vergonha à humilhação por parte dos participantes.

Dados os resultados aqui expostos, pode-se inferir que o juízo de valor moral dos estudantes sobre a vergonha compreende esse sentimento como correspondente a um controle externo e a um controle interno, visto que não houve diferenças percentuais muito relevantes entre as duas macrocategorias. Caso esse sentimento se restringisse a um controle externo, seria possível lê-lo, assim como propõe La Taille (2002b), como uma provável tradução afetiva da heteronomia, ao passo que o sentimento que exerce também um controle interno

poderia ser a expressão afetiva da autonomia, da personalidade ética do sujeito. Como ressaltado anteriormente, as macrocategorias utilizadas para esta análise não são estanques, mas antes, apresentam predominâncias de tipos de controle exercidos pela vergonha, entre os quais ocorre uma dialética, uma vez que a vergonha pode agir ora como controle interno ora como controle externo e, em alguns casos, como ambos.

La Taille (2002b) pontua que, embora os estudos em inglês costumem restringir seu campo de análise a respeito da definição de vergonha como decorrência do juízo alheio, este só desencadeia a vergonha se for legitimado pelo sujeito, ou seja, pressupõe um autojuízo. Logo, a vergonha incide não só sobre o parecer, mas sobre o ser (La Taille, 2002b). Assim, é um sentimento no qual estão em foco os valores das representações de si, em como o sujeito vê a si mesmo e como ele gostaria de ser reconhecido pelos outros. Configura-se, então, como um sentimento moral importante, que pode desempenhar um papel relevante na regulação da ação e nos juízos morais. Desse modo, na vergonha, a “boa imagem” que a pessoa tem de si mesma é abalada. Isto é, surge um sentimento de perda de valor pessoal ou perda do autorrespeito, a saber, a própria honra (La Taille, 2002b; 2009a).

Pela relevância teórica da honra no estudo do sentimento de vergonha a história que envolve tal virtude foi selecionada para então se investigar o juízo dos estudantes por meio de uma entrevista. A virtude da honra merece destaque visto que, como já mencionado, trata-se de uma virtude diretamente ligada ao sentimento de vergonha (Anolli, 2003; La Taille, 1997, 2001, 2002a, 2002b, 2006b, 2007).

Após o esclarecimento das concepções dos estudantes universitários sobre o sentimento de vergonha, faz-se necessária a investigação do juízo desses sujeitos referente à história fictícia de honra.

6.2.2 - Juízo moral na história de honra

Este tópico do estudo 2 discorre as informações referentes ao juízo moral apresentado pelos estudantes universitários a respeito de uma situação na qual o protagonista da história reage a uma ofensa por meio de uma agressão. Nesse caso, retrata uma situação envolvendo a honra porque, diante de uma ofensa, a própria honra da pessoa é colocada em risco, e a busca pela reparação torna-se uma reação iminente. A finalidade era descobrir quais sentimentos os participantes atribuíram ao protagonista depois do ocorrido, se eles atribuíram ao protagonista o sentimento de vergonha e as justificativas.

As respostas à pergunta **O que o protagonista deveria sentir depois de ter agredido o professor com um soco?**, resultaram em um total de 76 respostas, reunidas nas seguintes categorias de análise: *vergonha* (n=29; 39,2%), *arrependimento* (n=25; 33,8%), *culpa* (n=4; 5,4%), *raiva* (n=3; 4,1%), *medo* (n=2; 2,7%), *alívio* (n=2; 2,7%), *indignação* (n=2; 2,7%), e *outros* (n=7; 9,4%).

O sentimento mais citado foi *vergonha* com 29 respostas, seguido de *arrependimento* e *culpa*. Os sentimentos de *medo*, *raiva*, *alívio* e *indignação* obtiveram frequências com percentuais parecidos. E outros sentimentos foram citados apenas uma vez, sendo reunidos na categoria *outros*, a saber: humilhação, revolta, satisfação, sentir-se um pouco mal, um sentimento de que ele passou do limite, não sentir nada e nenhuma vergonha.

Tendo em vista que na primeira questão deste estudo a pergunta era abrangente e os participantes poderiam citar qualquer sentimento, na segunda questão a pergunta direcionou-se para o sentimento de vergonha e as justificativas: **O protagonista deveria sentir ou não vergonha? Por quê?**

A categoria de maior frequência foi *sim* (n=33, 82,5%), e apenas sete (7,5%) participantes responderam que o protagonista *não* deveria sentir vergonha. No grupo A, um dos participantes que havia respondido *extrema vergonha* no questionário mudou de resposta

na entrevista para *nenhuma vergonha*. Já no grupo B, dos 20 participantes 12 assinalaram *nenhuma vergonha*, e oito marcaram *pouca vergonha* no primeiro estudo. Dos 12 que optaram pela ausência de vergonha no questionário, seis mudaram a resposta para *vergonha* ou *muita vergonha* na entrevista. Para melhor compreender o resultado, as justificativas serão analisadas conforme consta na tabela 5.

Tabela 5: Justificativas para a questão sobre se o protagonista deve sentir ou não vergonha.

Categorias	Frequência (n)	Porcentagem (%)
1- Reação foi na forma errada	35	38
2- Ofensa justifica a agressão	19	20,6
3- Emoção sobrepujou a razão	08	8,6
4- Ofensa não justifica a agressão	07	7,6
5- Ação traz uma má reputação	05	5,4
6- Cultura/sociedade condena isso	03	3,3
7- Rebaixou a si mesmo	03	3,3
8- Reação foi desproporcional a ofensa	03	3,3
9- Reação vai contra princípios pessoais	02	2,2
10 - Agrediu a uma figura de autoridade	02	2,2
11- Conceito de vergonha não aplica a essa situação	02	2,2
12- Outros	03	3,3
Total	92	100

O argumento mais citado refere-se à natureza da reação apresentada pelo protagonista, a saber, *a reação foi na forma errada*. O conteúdo dessa categoria indica que o protagonista deveria sentir vergonha, pois escolheu a forma de reação errada, a agressão, pois a agressão por si só é considerada vergonhosa, em qualquer situação, é errada. Por exemplo, “*Porque eu acho que as coisas não se resolvem na violência, nada se resolve na violência (Cristina)*”, “*A atitude de violentar é digna de vergonha (Verônica)*”, “*É errado, é uma agressão, então, é errado, é errado, é uma agressão (Ubaldo)*”.

Por sua vez, há aqueles que argumentaram que *a ofensa não justifica a agressão*. As explicações apontam que o protagonista deveria sentir vergonha, pois uma humilhação ou

ofensa sofrida não justificam seu comportamento. Por exemplo, “*É como se uma pessoa fizesse alguma coisa errada e você faz alguma coisa mais errada ainda, uma coisa não justifica a outra.* (Vanderlei)”.

Há outros que argumentam que o protagonista deveria sentir vergonha, pois em decorrência de seu comportamento seria julgado de maneira ruim, ou seja, a *ação traz uma má reputação*. Por exemplo, “*Vão ver ele como um camarada ruim, um camarada de má índole, ele deveria sentir vergonha, por isso, de como as pessoas agora vão fazer um pré-julgamento dele* (Edmundo)”.

Existem ainda as explicações que apontam para um conflito entre emoção e razão como justificativa, a saber, *a emoção sobrepujou a razão*. Essa categoria engloba as justificativas que apontam que o protagonista deveria sentir vergonha, pois se deixou mover pela emoção, ou seja, a emoção sobrepujou a razão. Por exemplo, “*Vergonha de não ter conseguido se controlar* (Verônica)”.

Em *a cultura/sociedade condena isso*, ressalta-se o papel da sociedade enquanto juíza das ações alheias, logo o protagonista deveria sentir vergonha, pois a cultura ou a sociedade condena o tipo de comportamento dele. Por exemplo, “*Conduta que foge ao aceitável, não é socialmente aceitável* (Vando)”.

Os conteúdos de respostas reunidos em *rebaixou a si mesmo* referem-se a argumentos que apontam que o protagonista deveria sentir vergonha, pois ao agredir o professor, o aluno se rebaixa ao nível daquele que o humilhou. Por exemplo, “*Quando ele agride, ele vai para um nível mais baixo que o do professor* (Givaldo)”.

Outro argumento utilizado é que *a reação foi desproporcional à ofensa*. Os participantes destacam que o protagonista da história tinha direito de resposta diante da ofensa sofrida, mas a resposta foi exagerada ou desproporcional. Logo, o protagonista deveria sentir

vergonha pela reação, pois foi desproporcional, foi exagerada em relação à ofensa sofrida. Por exemplo, “*Então, ele respondeu a mais do que aquilo que ele foi ofendido (Jurandir)*”.

Alguns participantes usaram seus próprios princípios para explicar seu juízo. Na categoria *a reação vai contra princípios pessoais*, existem respostas que apontam que o protagonista deveria sentir vergonha, pois o mesmo teve uma atitude contrária ao que o participante considera como pertencente aos seus próprios princípios. Por exemplo, “*Por causa dos meus princípios (Guilhermina)*”.

Outros baseiam-se na figura do professor como uma pessoa de autoridade como motivação para o sentimento de vergonha, ou seja, o protagonista deve sentir vergonha, pois *agrediu a uma figura de autoridade*. Por exemplo, “*Eu sentiria muita vergonha de ter agredido ainda mais um professor (Virgílio)*”.

Há ainda os participantes que consideram que o protagonista não deve sentir vergonha, visto que, na opinião deles, *a ofensa justifica a agressão*. Ou seja, ressaltam que o protagonista não deveria sentir vergonha, pois reagiu a uma humilhação, ofensa, e uma vez ofendido, tem o direito de reagir. Por exemplo, “*Ele sofreu uma ação injusta, por isso há um nexo entre as ações - ele foi provocado a, instigado a ter aquela ação (Geraldo)*”. Outro argumento utilizado pelos participantes que consideram que o protagonista não deve sentir vergonha é que *o conceito de vergonha não se aplica a essa situação*. Por exemplo, “*E minha concepção de vergonha é diferente dessa concepção que está nesse momento (Geórgia)*”.

Por fim, a categoria *outros* possui respostas que apareceram apenas uma vez, e que não puderam ser agrupadas em outras categorias. Por exemplo, “*A vergonha também ajuda a repensar os nossos atos, porque que a gente fez aquilo e tudo o mais (Graciela)*”, e “*Porque não foi uma coisa planejada, ele estava participando da aula (Vando)*”.

Discussão

Para melhor compreender a visão dos estudantes sobre este tópico, é preciso analisar suas respostas referentes ao juízo a respeito do protagonista da história que abarca uma falta moral relacionada à honra. Quando questionados sobre o que o protagonista da história deveria sentir, a maior parte dos participantes respondeu, de forma espontânea, que ele deveria sentir vergonha; apenas onze acadêmicos não citaram a vergonha espontaneamente. Os participantes também atribuíram outros sentimentos ao protagonista, como arrependimento pela ação apresentada, culpa, medo das consequências de suas ações, raiva, e alívio. Observou-se que 29 das respostas atribuem vergonha ao protagonista. Outras respostas referem-se a sentimentos focados na ação e não na representação do sujeito, como arrependimento pela ação, culpa, medo das consequências de suas ações, sentimentos que representam o remorso gerado na consciência por causa da ação, em que o indivíduo reconhece ter causado um dano a alguém, podendo resultar, assim, em uma conduta de arrependimento, e na busca por reparação do dano (Anolli, 2003; Costa, 2008; Krebs, 2008; Leith & Baumeister, 1998; Orth, Robins & Soto, 2010; Stoeber, et al., 2007; Tangney, 1990; Tangney & Miller, 1996; Tracy & Robins, 2006). Por fim, houve menção ao sentimento de raiva, indignação e alívio. Os sentimentos de raiva e revolta em relação aos outros é um sentimento atribuído por alguns autores como manifestações de pessoas com propensão à vergonha (Anolli, 2003; Tangney, 1992), e situações de exposição vergonhosa podem resultar em sentimentos de raiva, cólera e indignação.

De fato, observa-se a predominância de menções a sentimentos autoconscientes, o que permite inferir que os participantes consideram o protagonista como responsável pela ação. Uma vez que as pessoas responsabilizam-se pelo ocorrido, eles tendem a experimentar um sentimento autoconsciente, como vergonha e a culpa, ao passo que quando eles responsabilizam os outros, tendem a experimentar um não autoconsciente, como a raiva (Tracy & Robins, 2006).

Entretanto, quando a pergunta baseou-se no sentimento de vergonha, apenas quatro dos onze participantes, que não haviam mencionado a vergonha anteriormente, julgaram que o protagonista deveria sentir pouca vergonha. Os demais (sete) disseram que o protagonista não deveria sentir vergonha.

A análise das justificativas para a pergunta se o protagonista deveria sentir ou não vergonha pode ser esclarecedora para questão. Para isso, a discussão das categorias foi inserida em macrocategorias, assim como no subcapítulo anterior, a saber, controle externo, controle interno, e controle externo e interno. Contudo, convém ressaltar que a discussão envolverá apenas os conteúdos de maior frequência ou os que possuem relevância teórica para o presente estudo.

Na macrocategoria controle externo (n=31, 33,7%) encontram-se as seguintes justificativas: *a ofensa justifica a agressão, a ação traz uma má reputação, a cultura/sociedade condena isso, agrediu a uma figura de autoridade, e conceito de vergonha não se aplica à situação*. Na segunda, controle interno (n=21, 22,8%), *a ofensa não justifica a agressão, a emoção sobrepujou a razão, rebaixou a si mesmo, a reação vai contra princípios pessoais e outros* – “a vergonha também ajuda a repensar os nossos atos”. E, na última, controle externo e interno (n=40, 43,5%) constam os seguintes conteúdos, *a reação foi na forma errada, a reação foi desproporcional à ofensa, e outros* – “porque não foi uma coisa planejada”, “deveria sentir mais arrependimento”.

Inicialmente, a análise será realizada em relação ao controle externo. O primeiro conteúdo refere-se às justificativas apresentadas pelos participantes que indicam que, uma vez ofendido, é legítima a agressão, ou seja, uma vez ofendido, *a ofensa justifica a agressão*. De fato, na honra cavalheiresca, ou na lei de Talião, funciona o princípio do “olho por olho, dente por dente”, porque ao ser agredido em sua honra, o sujeito tem o direito de reagir de modo a

recuperá-la, de tal forma que uma ação anula a outra (Pitt-Rivers, 1965), mesmo que o sujeito aja ‘pela honra’ e não ‘com honra’.

Ainda tendendo para o cuidado da ‘honra exterior’, as justificativas apontam que o protagonista deve sentir vergonha, pois a *ação traz uma má reputação*. A reputação diz respeito a uma construção social derivada de juízos alheios que intenta estabelecer a estima que alguém possui (Honneth, 2003). Desse modo, pode-se constatar que a reputação está fortemente ligada à honra exterior (Pitt-Rivers, 1965) e, no caso de uma possível corrupção dela, fica-se exposto ao sentimento de vergonha devido ao juízo alheio negativo.

Da mesma forma, os argumentos reunidos em a *cultura/sociedade condena isso* ressaltam o controle da sociedade sobre a dimensão do sentimento de vergonha. A educação e os valores culturais são importantes na gênese da vergonha (La Taille, 2002b) e exercem uma importante influência sobre os sentimentos morais (Anolli, 2003; Anolli & Pascucci, 2005; Gouveia, et al., 2005; Gouveia, et al., 2006; Orth, Robins & Soto, 2010; Tracy & Robins, 2006).

Por fim, em análise a categoria *o conceito de vergonha não se aplica a esta situação*. Os argumentos ressaltam que o protagonista não deve sentir vergonha, pois o conceito de vergonha apresentado pelo participante não se aplica a uma situação na qual um sujeito tenha que reagir a uma ofensa por meio de uma agressão. Isso ocorre porque uma vez que foi ofendido e exposto por meio de uma humilhação, o sujeito sentiria vergonha somente se não tivesse reagido. Estaria o sujeito em uma situação de exposição e estranheza, visto que o conceito de vergonha apresentado por esses participantes envolve o sentimento de estranheza e constrangimento em alguma situação. Mas, como o protagonista reparou a ofensa por meio da reação, ele cessou o constrangimento. Assim, para os participantes, o sentimento de vergonha não se aplicaria. No caso da história fictícia, houve um insulto de modo a manchar a honra do protagonista, que ao defendê-la, por meio da reação apresentada, cessou o conflito

em relação a sua honra. Portanto, não estava em questão a vergonha. De forma semelhante, os argumentos parecem apontar para a legitimidade de um código de honra que remonta à honra cavalheiresca (La Taille, 1997; Pitt-Rivers, 1965).

No que concerne às justificativas de controle interno, primeiramente serão discutidos os argumentos que ressaltam que, apesar de o protagonista ter sido ofendido primeiro, e a agressão ser uma forma de reação, a *ofensa não justifica a agressão*. O que essas justificativas apontam é que não se deve reagir “pela honra” de forma a restaurar a reputação (La Taille, 2006b) ou o dano causado pela humilhação, e sim “com honra”. Dito de outro modo, não é legítima uma agressão apesar da ofensa sofrida.

A análise direciona-se agora para os argumentos que atribuem vergonha ao protagonista porque a *emoção sobrepujou a razão*. No senso comum, são atribuídas à razão as escolhas sensatas, as “boas escolhas”, e às emoções as escolhas precipitadas e mal feitas. Por exemplo, quem nunca ouviu a frase, “Pensa com a cabeça não com o coração”. Esse paradigma cartesiano clássico, cuja essência é a divisão secular entre mente e corpo, razão e coração foi há muito adotado pela Psicologia. Entretanto, a Psicologia já vem buscando abordagem mais ampla de modo a considerar o sujeito como um todo integrado e dinâmico (Souza, 2011). Contudo, os dados encontrados ressaltam que para os participantes parece haver essa dicotomia, e que a vitória da emoção sobre a razão acarretaria em um prejuízo.

Nos argumentos apresentados em *rebaixou a si mesmo*, os estudantes marcaram que reagir a uma humilhação de maneira agressiva coloca quem foi humilhado no mesmo patamar de quem o humilhou. Seria demonstrar uma perda da “honra interior” (Pitt-Rivers, 1965), um rebaixamento.

Há ainda os argumentos que ressaltam que este tipo de *reação vai contra os princípios pessoais*, no caso os princípios dos participantes. Embora não seja possível avaliar se os estudantes elegeram princípios morais ou não, é possível inferir que se trata aqui de

valores associados ao *self* desses participantes. São valores que constituem a representação de si (La Taille, 2002a, 2002b; Tognetta & La Taille, 2008) deles e, uma vez que estão em jogo, desencadeiam a vergonha. A agressão é considerada como uma contradição aos próprios valores, então, eles avaliam que o sujeito deve sentir vergonha ao agir de tal maneira.

Para finalizar, é importante apresentar as justificativas inerentes tanto no controle externo quanto no controle interno. Primeiro, as que abordam a natureza da reação como a *reação foi na forma errada*. Tendo reagido à humilhação de uma maneira considerada errada e injusta o protagonista da história deve envergonhar-se, pois a agressão por parte de alguém confere a essa pessoa perda de valores. A agressão é uma violência, ou seja, não ocorre um reconhecimento da dignidade do outro, traduzindo-se em um uso instrumental do sujeito colocando este como meio e não como fim (La Taille, 2009c). Nesse caso, a agressão física pode ser reconhecida como um valor social, mas não como um valor moral. Portanto, a pessoa que utiliza esse recurso, caso possua valores morais como centrais, sentirá vergonha devido à perda da “boa imagem” que tem de si (Harkot-de-La-Taille, 1999).

Outros motivos ressaltam que o protagonista deve reparar o dano causado a ele por meio da humilhação sofrida, mas não utilizando violência física. Dessa forma, há a consideração de que uma vez que a *reação foi desproporcional à ofensa*, ou seja, deve sentir vergonha. De fato, diante de uma situação de humilhação, pode ocorrer uma ferida na autoestima e no autorrespeito do sujeito, não só em como ele vê a si mesmo, mas em como ele gostaria de ser visto pelos outros, ou seja, está em jogo a honra (Anolli, 2003; La Taille, et al., 1992; La Taille, 1996a, 1997, 2001, 2002a, 2002b, 2006b, 2007). A humilhação pode fazer com que o sujeito sinta-se inferiorizado, que perdeu a dignidade e a honra, podendo resultar no sentimento de vergonha. Os participantes parecem ser sensíveis à necessidade de reparar a honra, embora não considerem a forma escolhida diante da situação como proporcional.

Os dados apresentados referentes a controle interno e externo demarcam que, uma vez que a honra foi posta em risco, ocorre a necessidade de repará-la, ou seja, restaurar o estado anterior. Diante da ofensa verbal e consequente humilhação não justifica-se a agressão física para alguns, para outros, o protagonista foi tão ofendido que a agressão foi a melhor forma de recuperar o bem-estar psíquico, como mostra a fala do participante: *“Marcelo pode ter ficado com vergonha do que o professor fez, e essa vergonha pode ter desencadeado a raiva, como eu falei que em mim às vezes desencadeia medo, em Marcelo pode ter desencadeado raiva, um sentimento tão forte que ele reagiu com um soco. E a partir do soco ele encerrou esse sentimento que ele teve (Davi)”*.

Infere-se, então, a partir dos dados, que em uma situação de humilhação, na qual a imagem do sujeito encontra-se ameaçada, ocorre a necessidade de repará-la de algum modo, seja “com honra” ou “pela honra” (La Taille, 2006b). A maioria dos argumentos apresentados pelos dados do presente estudo ressalta que não se deve utilizar a agressão. Para alguns participantes, ela foi considerada desproporcional no caso da história fictícia, mas, para outros, ela por si só é considerada errada e inadequada sendo inapropriada em qualquer situação.

Os dados permitem afirmar que a maior porcentagem das justificativas apresentadas pelos estudantes aborda conteúdos da vergonha equivalente a um controle interno e externo, seguido de conteúdos de predominância do controle interno e, por último, os de predominância do controle externo. Assim, observou-se que a vergonha funciona tanto quanto um controle interno quanto externo em uma situação que abarca a honra. Ambos, controle interno e externo, são importantes dimensões influenciadoras na experiência da vergonha.

Após a exposição dos resultados e da discussão dos estudos realizados sobre o juízo de valor moral a respeito do sentimento de vergonha, é preciso, então, explanar as considerações finais deste trabalho.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo serão apresentadas considerações sobre os resultados da presente dissertação, que também pode ser encontrada integralmente no apêndice DE. De modo geral, a proposta foi investigar os julgamentos e os juízos de valor moral de estudantes universitários em relação ao sentimento de vergonha. Para tanto, foram conduzidos dois estudos, cujos principais resultados encontram-se descritos a seguir.

No estudo 1, fez-se um levantamento acerca do julgamento moral dos participantes sobre a presença e/ou intensidade da vergonha em nove situações: fracasso, impotência, exposição, generosidade, honra, vergonha de vergonha da condição, justiça, mentira e roubo. Verificou-se que as histórias que envolviam valores morais (honra, vergonha de vergonha de condição, justiça, mentira e roubo) alcançaram percentuais maiores quanto à presença de vergonha, soma de todas as intensidades de pouca a extrema vergonha. Por sua vez, as que envolviam conteúdos não claramente morais (fracasso, impotência e exposição) alcançaram maior frequência nos níveis mais baixos de vergonha, não apresentando uma diferença percentual relevante entre a presença e a ausência desse sentimento.

Na primeira parte do estudo 2, pesquisou-se o conceito de vergonha, os exemplos espontâneos associados a ela e suas respectivas justificativas. Os dados mostram que o juízo de valor moral da vergonha envolve conteúdos que a definem correspondentemente a um controle externo e a um controle interno, sendo as categorias mais citadas *juízo e/ou olhares alheios* e *autojuízo*, respectivamente. Observou-se, então, que os juízos apresentados pelos participantes compreendem a vergonha tanto como um controle externo, quanto interno, referentes à sua definição, com diferenças percentuais pequenas entre as duas macrocategorias.

Na segunda parte do estudo 2 investigou-se o juízo moral dos estudantes baseado em uma história fictícia que envolvia o valor da honra. A maior parte dos participantes atribuiu o

sentimento de vergonha ao protagonista da história, e as justificativas fizeram alusão principalmente à vergonha enquanto controle interno e externo concomitantemente, sendo que o argumento mais utilizado fez menção à natureza inapropriada da reação, a *reação foi na forma errada*.

Na sequência, inicialmente serão apresentadas as considerações referentes aos tópicos de destaque nos dois estudos aqui expostos, a saber: (a) as histórias de *conteúdo moral*, no estudo 1, e a menção a conteúdos próprios considerados morais pelos participantes, no estudo 2; (b) os dados sobre a história de *exposição* no primeiro estudo e a menção ao olhar alheio no estudo 2; (c) as respostas para a história de *honra* no questionário e os dados sobre honra no estudo ; (d) o *controle externo e interno* nas duas partes do estudo 2; e, (e) diferenças de *metodologia* adotadas em cada estudo. Por fim, serão mencionadas sugestões de pesquisas, a relevância social do tema e as contribuições para a área da moralidade.

Com relação aos *conteúdos morais*, há, no primeiro estudo, seis histórias de conteúdo moral, que alcançaram altos percentuais para a presença de vergonha. Respostas de conteúdos próprios considerados morais também foram apresentadas pelos participantes no estudo 2, para a definição, os exemplos e suas justificativas a respeito do sentimento de vergonha.

No estudo 1, as histórias de conteúdo moral obtiveram maiores percentuais de frequência para a presença de vergonha, demonstrando que os estudantes, quando se trata de julgamento, consideram essas situações potencialmente eliciadoras desse sentimento. Ou seja, no que concerne ao julgamento moral dos estudantes, eles aparentam considerar os valores morais apresentados nas histórias como importantes para avaliar as situações em evidência, visto que atribuíram, em sua maioria, a vergonha para quem falta com esses valores. Por sua vez, no estudo 2, o juízo de valor moral dos estudantes compreende a vergonha como um sentimento relacionado a *valores próprios considerados morais*.

Esses dados atestam a relevância de pensar a vergonha não só como decorrente do juízo alheio e ligada à exposição, mas destacar o sentimento decorrente de uma falta moral. Isso quer dizer que a vergonha incide sobre o conjunto de representações de si, o qual pode estar relacionado a valores morais, amorais e imorais (La Taille, 2002a, 2002b, 2006b, 2009b, 2010; Noguchi & La Taille, 2008). Assim, é possível considerar, no que diz respeito ao julgamento e ao juízo de valor moral dos participantes, que o sentimento de vergonha relaciona-se a valores morais.

Quanto ao tópico da *exposição*, algumas considerações são necessárias. No estudo 1, os dados mostram não haver diferenças relevantes entre a presença e a ausência de vergonha, ao passo que no estudo 2 averiguou-se uma alta menção a esse conteúdo tanto na definição de vergonha, quanto nos exemplos e justificativas. Diante disso, pode-se deduzir que, quando se trata do julgamento moral acerca da vergonha, não há diferenças percentuais relevantes quanto à presença e ausência desse sentimento, mas, com relação ao juízo, a vergonha está mais fortemente e diretamente associada à exposição. Essa questão deve ser analisada levando-se em consideração as particularidades de cada estudo, visto que há diferenças entre os objetivos de cada um, sendo que no estudo 1 há referência ao julgamento, e no estudo 2 existe o enfoque no juízo de valor moral. O julgamento diz respeito às sentenças apontadas pelos sujeitos, e não ao raciocínio para chegar a elas. Por sua vez, investigar o juízo é desvendar o raciocínio empregado para chegar a cada resposta e não avaliar apenas as sentenças apontadas como resposta (La Taille, 1992). Logo, a diferença no objetivo que norteou cada estudo se mostra como um ponto importante para explicar a diferença nos dados.

Outro conteúdo comum é a história de *honra*, apresentada nos dois estudos; no primeiro investigando o julgamento, e, no segundo, analisando-se o juízo de valor moral. Os critérios para selecionar os participantes para o estudo 2 foi de que, no estudo 1, os participantes tivessem assinalado na história de honra *muita* ou *extrema vergonha* (grupo A),

e os participantes que tivessem assinalado *nenhuma* ou *pouca vergonha* (grupo B). No grupo A, um dos participantes que havia respondido *extrema vergonha* no questionário mudou de resposta na entrevista para *nenhuma vergonha*. Já no grupo B, dos 20 participantes 12 assinalaram *nenhuma vergonha*, e oito marcaram *pouca vergonha* no primeiro estudo. Dos 12 que optaram pela ausência de vergonha no questionário, seis mudaram a resposta para *vergonha* ou *muita vergonha* na entrevista.

As mudanças de respostas nos dois estudos apontam principalmente para as diferenças de metodologias. No primeiro estudo, optou-se por um método quantitativo. Foi aplicado um questionário impresso com questões fechadas, buscando realizar um levantamento sobre o julgamento dos universitários. Já o segundo foi qualitativo, no qual se tentou investigar o juízo valor moral dos estudantes por meio de uma entrevista semiestruturada realizada conforme o método clínico.

O fato de no estudo 1 ter sido utilizado um questionário como instrumento pode fornecer pistas das mudanças de respostas no estudo 2. O questionário foi entregue na íntegra aos participantes, o que possibilitou aos mesmos uma visão completa do instrumento antes de respondê-lo. Assim foi possível comparar as diferentes histórias e mudar as respostas. Isso não ocorreria caso fosse apresentada cada uma das histórias, cabendo aos participantes responder a respeito de cada história antes de passar a próxima.

Apesar das mudanças de respostas na história de honra do estudo 1 para o 2, os dados mostram a relevância desse tema para o sentimento de vergonha. Em ambos os estudos, os participantes em sua maioria fizeram menção ao sentimento de vergonha ao analisar a história narrada.

Com relação aos conteúdos de vergonha como correspondentes a controle externo e interno, estes foram mencionados nas duas partes do estudo 2. Na primeira parte, as macrocategorias controle externo e controle interno alcançaram percentuais próximos de

conteúdos de resposta e, na segunda parte, os participantes mencionaram mais conteúdos na macrocategoria controle externo e interno.

De fato, a vergonha associada à exposição e ao juízo alheio decorre da vergonha equivalente a um controle externo. Entretanto, é possível que o sujeito sinta vergonha sozinho, ou, antes mesmo de fazer algo. Logo, a exposição e o juízo estão interiorizados pelo sujeito, tratando-se, assim, não da predominância do controle exclusivamente externo, mas também da vergonha como um controle interno. Pelo exposto, concebe-se que, se o sentimento estivesse restrito preponderantemente a um controle externo, poderia ser considerado como uma tradução afetiva da heteronomia, ao passo que o sentimento que exercesse principalmente um controle interno, poderia ser uma expressão afetiva da autonomia, da personalidade ética do sujeito (La Taille, 2006b). O que os dados demonstram é que a vergonha refere-se a um sentimento moral que desempenha tanto o papel de um controle externo quanto interno. O sentimento de vergonha, por caracterizar-se relativo ao controle externo e controle interno, é um sentimento importante para a moralidade e para a construção da personalidade ética.

Das considerações até aqui apresentadas a respeito dos resultados dos dois estudos realizados, é importante fornecer algumas sugestões para novas pesquisas. Uma vez que se elaborou no primeiro estudo um levantamento com os cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Direito de uma instituição, sugere-se que seja feito o mesmo com outros cursos de graduação e com outras instituições. Essa proposta de pesquisa pode fornecer maior diversidade de amostra de participantes e de comparações com os dados aqui encontrados.

Por sua vez, igualmente importantes são pesquisas com o método clínico que envolvam além do valor da honra e o sentimento de vergonha, outros valores como o da justiça e da generosidade. Contudo, os dados encontrados no estudo 1 do presente trabalho,

principalmente relacionados à justiça e ao roubo, ressaltam a importância de se investigar não só o julgamento, mas também o juízo moral desses valores e o sentimento de vergonha.

É fundamental ressaltar que, embora este estudo tenha se limitado ao sentimento de vergonha, constatou-se que outros sentimentos podem ser desencadeados nas situações hipotéticas apresentadas nos instrumentos. Por isso, havia no questionário uma opção permitindo aos participantes que assinalassem *nenhuma vergonha*, caso julgassem que esse sentimento não deveria ser experimentado em relação à situação em questão. Também na entrevista havia uma pergunta aberta, por meio da qual o entrevistado poderia atribuir qualquer sentimento ao protagonista. Os dados mostraram que, além da vergonha, outros sentimentos foram citados e, em alguns casos, a vergonha não foi atribuída de forma espontânea ao protagonista. Desse modo, sugerem-se novas pesquisas que investiguem outros sentimentos e possam explorar de maneira mais detalhada aqueles que forem encontrados.

Por fim, surgem as considerações a respeito das contribuições deste estudo para a área da moralidade. A primeira contribuição a ser pontuada aqui é que a realização de um levantamento por meio de um questionário possibilitou uma amostra maior e uma riqueza de dados. Esse levantamento, com o número de participantes como realizado no primeiro estudo desta dissertação, não seria viável com outro tipo de metodologia, que não fosse qualitativa. Então, a metodologia escolhida para o estudo tornou possível que o número de participantes fosse maior, contribuindo para maior diversidade de dados.

Outro aspecto de relevância da presente dissertação trata-se do perfil dos participantes. No levantamento bibliográfico realizado, constatou-se que a maior parte dos estudos da área da moralidade sobre o sentimento de vergonha tem como público crianças e adolescente e, consideram principalmente, a gênese dos sentimentos e das virtudes. Este trabalho buscou investigar o julgamento e o juízo de valor moral do sentimento de vergonha com o público de estudantes universitários.

Pela importância desse sentimento para a área da moralidade, o tema desta dissertação pode ser visto como atual e provocador, apresentando uma temática de relevante questionamento para educadores, mestres e coordenadores de cursos superiores, bem como para os pesquisadores e estudiosos da moralidade, uma vez que pode subsidiar propostas de políticas públicas e intervenções em educação em valores.

Como o estudo da vergonha pode subsidiar propostas de políticas públicas e intervenções em educação? Por meio de uma educação em valores morais que objetiva a construção de personalidades éticas. A investigação sobre o sentimento de vergonha, e da dimensão afetiva em geral, proporciona subsídios para se pensar a construção da personalidade ética (La Taille, 2006b, 2010).

Assim, no que diz respeito às implicações práticas deste trabalho, vale ressaltar que não se está propondo o que La Taille (2009b) chamou de educação de sentimentos, a saber, uma forma de educação “entendida como trabalho explícito sobre os sentimentos experimentados pelos alunos” (p. 280). Trabalhar sentimentos adentra na intimidade dos alunos e, como visto em La Taille et al. (1992), a fronteira moral que protege a intimidade do sujeito é absolutamente necessária para o equilíbrio psicológico.

De tal forma que o caminho para trabalhar a dimensão afetiva da moralidade é por meio das virtudes, com destaque para a honra. Dessa forma defende-se, como La Taille (2009b), um trabalho por meio de virtudes que conduzam os alunos a pensar os deveres, mas que também proporcionem a expressão e o desabrochar de sentimentos morais, como a simpatia, a confiança, a compaixão e a reflexão sobre o valor humano desses sentimentos. Ou seja, a estratégia para se trabalhar a afetividade deve ser por meio das virtudes morais, que podem ocupar lugar de destaque nas representações de si. Logo, aprender a ser virtuoso relaciona-se com um trabalho sobre as representações de si (Tognetta & La Taille, 2008).

Nessa perspectiva, se o sujeito possuir valores morais como a honra, a justiça e a generosidade, como centrais na sua representação de si, sentirá vergonha só de se imaginar cometendo uma falta moral. E, uma vez que a exposição e o juízo foram interiorizados, a vergonha não equivalerá exclusivamente a um controle externo, mas também a um controle interno, agindo como regulador da ação moral (La Taille, 2002b).

Em suma, pretende-se que os resultados emanados desta pesquisa sejam esclarecedores para a comunidade científica, os profissionais de um modo geral, especificamente, da educação superior, e os demais interessados no tema. Almeja-se subsidiar e promover a realização de outros estudos dedicados a investigar a influência da afetividade na moralidade. E se espera, também, que a presente pesquisa possa fornecer subsídios para propostas de intervenção e educação em valores morais que vise as virtudes como centrais para a construção de personalidades éticas.

8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ades, L. (1999). *Em nome da honra: Reações a situações de humilhação*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: SP.
- Alencar, H. M. (2003). *Parcialidade e imparcialidade no juízo moral: a gênese da participação em situações de humilhação pública*. Tese de doutorado não publicada. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Alencar, H. M.; & La Taille, Y. (2007). Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59 (2), pp. 217-231.
- Alencar, H. M., & Ortega, A. C. (2003). O método clínico no estudo da moralidade humana. In S. R. F. Enumo, S. S. Queiroz, & A. Garcia (Org.). *Desenvolvimento humano e aprendizagem: algumas análises e pesquisas* (pp.121-140). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Andrade, A. N. & Alencar, H. M. (2010). Juízos de pessoas surdas sobre humilhação: passado e presente. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 14 (2), pp. 271-280.
- Anolli, L. (2003). *A vergonha: quando nossa autoimagem faz-se em pedaços e o que mais queremos é desaparecer*. São Paulo: Ed. Paulinas.
- Anolli, L.; & Pascucci, P. (2005). Guilt and guilt-proneness, shame and shame-proneness in Indian and Italian young adults. *Personality and Individual Differences*, 39, pp. 763–773.

- Araújo, U. F. (1998). *O sentimento de vergonha como um regulador moral*. Tese de doutorado apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Araújo, U. F. (1999). *Conto de Escola: A vergonha como regulador moral*. São Paulo: Moderna.
- Araújo, U. F. (2001). Ética docente: vergonha e humilhação. *Revista Profissão Docente*, Uberaba, v.1, n.1, pp.1-13.
- BOCK, A. M. B. (2002). *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva.
- Borges, L. S. & Alencar, H. M. (2006). Moralidade e Homicídio: Um Estudo sobre a Motivação do Transgressor. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (3), pp. 451-459.
- Brasil (2012). *Resolução 466/2012 do Ministério da Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília: Ministério da Saúde. (On-line). Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2014.
- Camus, A. (2000). *O Estrangeiro*. Tradução Antonio Quadros. Coletivo Sabotagem. (trabalho original publicado em 1942).
- Comte-Sponville, A. (2009). *Pequeno tratado das grandes virtudes*. Tradução: E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Costa, C. F. C. D. (2008). *As emoções morais: vergonha e culpa, e as bases motivacionais do ser humano*. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa: Lisboa.

- DAMÁSIO, A. (2000). *O Mistério da Consciência: do corpo e das emoções do conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Darwin, C. (1981). *A expressão das emoções no homem e nos animais*. Introdução de Konrad Lorenz; tradução de Leon de Souza Lobo Garcia. São Paulo: Companhia das letras. Original publicado em 1872.
- Delval, J. (2002). *Introdução à prática do método clínico: descobrindo o pensamento das crianças*. Tradução F. Murad. Porto Alegre: Artmed.
- Doherty, R. (1997). The Emotional Contagion Scale: A measure of individual differences. *Journal of Nonverbal Behavior*, 21 (2), pp. 131-154.
- Gilligan, C. (1982). *Uma voz diferente* (N. C. Caixeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Gouveia, V. V.; Singelis, T. M.; Guerra, V. M.; Santos, W. S.; & Vasconcelos, T. C. (2005). Auto-imagem e sentimento de constrangimento. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 3, pp. 231-241.
- Gouveia, V. V.; Singelis, T. M.; Guerra, V. M.; Santos, W. S.; Rivera, G. A.; & Vasconcelos, T. C. (2006). O sentimento de constrangimento: evidências acerca do contágio emocional e do gênero. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 23(4), pp. 329-337.
- Harkot-De-La-Taille, E. (1999). *Ensaio semiótico sobre a vergonha*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- Honnett, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Kohlberg, L. (1992). *Psicologia del desarrollo moral*. Spain: Desclée de Brouwer.

- Krebs, D.L. (2008). Morality: an evolutionary account. *Perspectives on psychological science*, 3 (3), pp. 149-173.
- Laskoski, L. M.; Natividade, J. C.; & Hutz, C. S. (2013). Development of Instruments to Assess Shame and Guilt in Adolescents: Empirical Differences Between the Constructs. *Paidéia*, Vol. 23, No. 55, pp. 171-178.
- La Taille, Y. (1992). Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget. In: La Taille, Y.; Oliveira, M. K.; & Dantas, H. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, pp.47-74.
- La Taille, Y. (1996a). Os conceitos de humilhação e honra em crianças de 7 e 12 anos de idade. In: TRINDADE, Z. A.; CAMINO, C. (Org.). *Cognição social e juízo moral*. Coletâneas da ANPEPP. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), v. 1, pp. 137-154.
- La Taille, Y. (1996b). A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J.G., org. *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. (pp. 9-23) 3. ed. São Paulo, Summus.
- La Taille, Y. (1997). Para um estudo psicológico da honra. In: Banks-Leite, L. (org.) *Percursos Piagetianos*. (pp. 225- 41) São Paulo, Cortez.
- La Taille, Y. (2000a). Para um estudo psicológico das virtudes morais. *Educação e Pesquisa*, 26, pp. 109-121.
- La Taille, Y. (2000b). *Vergonha, a ferida moral*. Tese de Livre-Docência não publicada, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- La Taille, Y. (2001). A questão da indisciplina: ética, virtudes e educação. Em P. Demo, Y. La Taille & J. Hoffmann (Orgs.), *Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação* (pp. 67-98). Porto Alegre: Mediação.
- La Taille, Y. (2002a). O Sentimento de Vergonha e suas Relações com a Moralidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), pp. 13-25.
- La Taille, Y. (2002b). *Vergonha: a ferida moral*. Petrópolis: Vozes.
- La Taille, Y. (2006a). A Importância da Generosidade no Início da Gênese da Moralidade na Criança. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 19(1), pp. 09-17.
- La Taille, Y. (2006b). *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed.
- La Taille, Y. (2007). Desenvolvimento Humano: contribuições da Psicologia Moral. *Psicologia USP*, 18(1), pp. 11-36.
- La Taille, Y. (2009a). Construção da consciência moral. *Prima Facie revista de ética* (Portugal), (2), pp. 7-30.
- La Taille, Y. (2009b). Formação ética: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed.
- La Taille, Y. (2009c). Moralidade e Violência: A questão da legitimação dos atos violentos. *Temas em psicologia*, 17, nº2, pp. 329-341.
- La Taille, Y. (2010). Moral e Ética: Uma Leitura Psicológica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [num. esp.], 26, pp. 105-114.
- La Taille, Y.; Bedoian, G.; & Gimenez, P. A. (1991). A construção da fronteira moral da intimidade: o lugar da confissão na hierarquia de valores morais em sujeitos de 6 a 14 anos. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.7, n.2, pp.91-110.

- La Taille, Y.; Maiorino, C.; Storto, D.N.; & Roos, L.C.P.V. (1992). Construção da fronteira moral da intimidade: a humilhação e a vergonha na educação moral. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 82, pp. 43-45.
- La Taille, Y.; Duarte, C.S.; & Mello, P.C. (1993). A fronteira moral da intimidade: desenvolvimento moral e construção de normas que regulam o falar-de-si. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.9, n.1, pp.51-73.
- Leeming, D.; & Boyle, M. (2013). Managing shame: An interpersonal perspective. *British Journal of Social Psychology*, 52, pp. 140–160.
- Leith, K. P.; & Baumeister, R. F. (1998). Empathy, shame, guilt, and narratives of interpersonal conflicts: guilt-prone people are better at perspective taking. *Journal of personality*. 66:1, February.
- Lourenço, O. (1991). Is the care orientation distinct from the justice orientation? Some empirical data in ten- to eleven- year- old children. *Archives de Psychologie*, 59, pp. 17-30.
- Noguchi, N.; & La Taille, Y. (2008). O universo moral de jovens internos da Febem. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, 133 (38): pp. 11-40.
- Orth, U.; Robins, R. W.; & Soto, C. J. (2010). Tracking the Trajectory of Shame, Guilt, and Pride Across the Life Span. *Journal of Personality and Social Psychology*. Vol. 99, No. 6, pp. 1061–1071.
- Pascal, B. (2005). *Pensamentos*. 2a ed. - São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1670).

- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. Tradução de E. Leonardon. São Paulo: Summus.
(Trabalho original publicado em 1932).
- Piaget, J. (2005a). *Inteligencia y afectividad* (M. S. Dorin. Trad.). Buenos Aires: Aique Grupo Editor (Trabalho original publicado em 1954).
- Piaget, J. (2005b). Introdução - Problemas e Métodos. In *A representação do mundo na criança* (pp. 9-31), (A. U. Sobral, Trad.). Aparecida, SP: Idéias e Letras (Trabalho original publicado em 1926).
- Piaget, J. (2014). *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro; Forense Universitária (Trabalho original publicado em 1964).
- Pinto, F. E. M. (2005). Cognição e afeto: uma primeira visão reflexiva sobre o funcionamento do sujeito psicológico. *Revista de Educação*, v. 8, n. 8, pp. 61-69.
- Pinto, F. E. M. (2008). As muitas faces da afetividade: um breve debate sobre o funcionamento psicológico do ser humano. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 28, pp. 75-88.
- Pitt-Rivers, J. (1965 -s.d). Honra e posição social. In: Peristiany, J. G. (Org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Trad. José Cutileiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 11-59.
- Puig, J. M. R. (1998). *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática.
- Ricoeur, P. (2014). *O si mesmo como o outro*. São Paulo: WMF Martins.
- Sabini, J.; Garvey, B.; & Hall, A. L. (2001). Shame and Embarrassment Revisited. *Personality and Social Psychology Bulletin*, Vol. 27 No. 1, pp. 104-117.

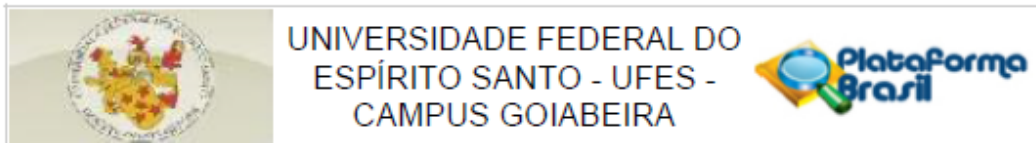
- Santos, A. S. (2009). *Diferenças individuais na tendência para a vergonha e culpa: Antecedentes motivacionais* (Unpublished Master's Thesis). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Scheff, T. J. (2014). A repressão da vergonha. *RBSE – Re-vista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 37, pp. 10-18.
- Schimith, P. B. (2013). *Psicologia da moralidade e psicanálise: um estudo sobre a vergonha*. Dissertação de Mestrado não publicada, 2013, 120f. . Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.
- SPSS for Windows – *Statistical Package for Social Sciences*. Base 18.0.Application Guide. Chicago, IL, 2010.
- Souza M. T. C. C. (2011). As relações entre afetividade e Inteligência no Desenvolvimento Psicológico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, Vol. 27 n. 2, pp. 249-254.
- Stoeber, J.; Harris, R. A.; & Moon, P. S. (2007). Perfectionism and the experience of pride, shame, and guilt: Comparing healthy perfectionists, unhealthy perfectionists, and nonperfectionists. *Personality and Individual Differences*, 43 (1), pp. 131-141.
- Tangney, J. P. (1990). Assessing individual differences in proneness to shame and guilt: Development of the Self-conscious Affect and Attribution Inventory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, pp. 102-111.
- Tangney, J. P. (1992). Situational determinants of shame and guilt in young adulthood. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, pp. 199-206.
- Tangney, J. P.; & Miller, R. S. (1996). Are shame, guilt, embarrassment distinct emotions? *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, pp. 1256-1269.

- Tangney, J. P.; Stuewing, J.; & Mashek, D. J. (2007). Moral emotions and moral behavior. *Annual Review of Psychology*, 58, pp. 345-372.
- Tangney, J. P.; & Tracy, J. L. (2012). Self-conscious emotions. In M. Leary & J. P. Tangney (Eds.), *Handbook of self and identity* (2nd Edition, pp. 446-478). Guilford: New York.
- Tangney, J. P.; Wagner, P.; Fletcher, C.; & Grawzow, R. (1992). Shames into anger? The relation of shame and guilt to anger and self-reported aggression. *Journal of personality and social psychology*, 62 (4), pp. 669-675.
- Tognetta, L. R. P.; & La Taille, Y. (2008). A Formação de Personalidades Éticas: Representações de Si e Moral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 24 n. 2, pp. 181-188.
- Tracy, J. L.; & Robins, R. W. (2004). Emerging Insights Into the Nature and Function of Pride. *Current directions in Psychological Science*, 16 (3), pp. 147-150.
- Tracy, J. L.; & Robins, R. W. (2006). Appraisal antecedents of shame and guilt support for a Theoretical Model. *Personality and social psychology bulletin*, Vol. 32 No. 10, pp. 1339-1351.
- Tugendhat, E. (1996). *Lições sobre ética*. Tradução do grupo de doutorandos do curso de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Petrópolis: Vozes.
- Vale, L. G., & Alencar, H. M. (2008). Generosidade versus interesse próprio: juízos morais de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), pp. 423-431.
- Vitale, M.A.F. (1994). *Vergonha: um estudo em três gerações*. Tese (Doutorado) - Programa de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo.

- Walker, L. J. (1984). Sex differences in the development of moral reasoning: a critical review. *Child Development*, 55 (3), pp. 677-691.
- Weber, L. (2004). *Efeitos dos comportamentos moral dos pais sobre o comportamento moral dos filhos adolescentes*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Infância e Adolescência da Universidade Federal do Paraná: Curitiba.
- Woien, S.L.; Ernst, H.A.H.; Patocky-Peckham, J.A.; & Nagosh, C.T. (2002). Validation of the TOSCA to measure shame and guilt. *Personality and individual Differences*, 35, pp. 313-326.

APÊNDICES IMPRESSOS**Apêndice A.**

Carta de aprovação do Comitê de Ética em pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FERIDA MORAL: ESTUDO DO SENTIMENTO DE VERGONHA EM

Pesquisador: Mayara Gama de Lima

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 32791914.4.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.038.495

Data da Relatoria: 12/02/2015

Apresentação do Projeto:

A proposta pretende estudar o juízo moral acerca da concepção de universitários em relação ao sentimento de vergonha, pretendendo analisar tal temática, em duas etapas. A primeira com um questionário com nove histórias fictícias, seguidas, cada uma, de uma questão fechada, e uma escala de cinco pontos. As histórias retratam situações de exposição, impotência, condição, fracasso e ocasiões em que o personagem age contra os seguintes valores morais: honra, honestidade, generosidade e justiça. Nesse sentido, argumenta que será realizado um levantamento quanto à intensidade do sentimento de vergonha em diferentes situações e será feita uma comparação dos resultados encontrados. A amostra dessa etapa será composta por universitários dos cursos de Direito e Arquitetura e urbanismo, sendo que 100 estudantes de cada curso, totalizando 200 participantes. Serão selecionaremos, para a segunda etapa, dois grupos: (1º) 20 participantes da primeira etapa que assinalarem na história sobre a honra muita ou extrema vergonha e obtiverem o maior escore total nas histórias morais; e, (2º) 20 participantes que marcarem na mesma história nenhuma ou pouca vergonha e alcançarem menor escore total nas histórias morais. Nesta etapa, serão feitas entrevistas individuais, com base no método clínico proposto por Piaget (1932/1994), a partir de um roteiro semi-estruturado (que buscará investigar acerca da vergonha: a concepção, o juízo moral dos participantes e as justificativas apresentadas pelos participantes para cada um desses tópicos.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

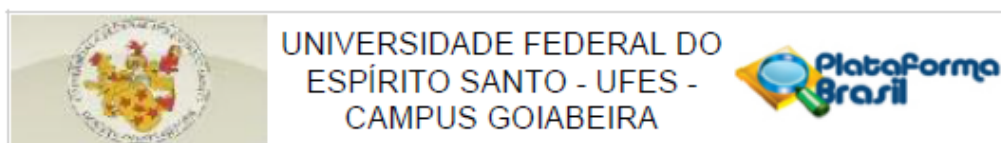
CEP: 29.090-075

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)4009-7840

E-mail: thiago.moraes@ufes.br



Continuação do Parecer: 1.038.495

Objetivo da Pesquisa:

Investigar o juízo moral acerca do sentimento de vergonha, com foco na concepção, na intensidade e na presença de um observador externo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto indica que os riscos para os participantes, pode ser um certo desconforto ao responder as perguntas e que os benefícios serão os conhecimentos produzidos pela pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo descritivo, apresenta a fundamentação teórico-metodológica e cuidados éticos necessários.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão coerentes com a legislação vigente.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

VITORIA, 28 de Abril de 2015

**Assinado por:
Adriana Estevão
(Coordenador)**

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
 Bairro: Goiabeiras CEP: 29.090-075
 UF: ES Município: VITORIA
 Telefone: (27)4009-7840 E-mail: thiago.moraes@ufes.br

Questionário

HISTÓRIA 1: versão feminina Andréia e Sandra (adaptada de Araújo, 1998)

“André é um aluno universitário que estuda no mesmo período que Sandro. Eles precisam entregar um trabalho no dia seguinte. Sandro já fez, mas André está com dificuldades no conteúdo e ainda não conseguiu fazer. No final da aula, André pede a Sandro, que domina o conteúdo, ajuda para realizar a atividade. Sandro disse que não poderia ajudar porque ia sair para jogar bola com os amigos e, depois, para beber.”

O que Sandro deveria sentir por não ajudar a André?

Nenhuma vergonha Pouca vergonha Vergonha Muita vergonha Extrema vergonha

HISTÓRIA 2: versão feminina Luiza

“Luiz é um jovem universitário. Em uma disciplina que ele faz, o professor passou uma atividade avaliativa para ser entregue depois. Luiz se esqueceu de fazer a atividade e fez outras coisas. No dia de entregar, ele foi até o professor e disse que não pôde fazer o trabalho porque esteve muito doente durante o tempo dado e não teve condições de realizar a atividade proposta.”

O que Luiz deveria sentir por não ter dito a verdade para o professor?

Nenhuma vergonha Pouca vergonha Vergonha Muita vergonha Extrema vergonha

HISTORIA 3: Versão feminina Nicole

“Uma turma do último período de um curso superior está se preparando para as festas de formatura (colação de grau e Baile). Nicolas é aluno dessa turma. Assim como os demais alunos, ele está bastante empolgado com a formatura, já distribuiu os convites e toda a família e amigos estão na expectativa do evento. Entretanto, no final do período, Nicolas reprova em uma disciplina e não mais poderá colar grau com sua turma.”

O que Nicolas deveria sentir por ter reprovado no último período e não poder participar mais da formatura?

() Nenhuma vergonha () Pouca vergonha () Vergonha () Muita vergonha () Extrema vergonha

HISTÓRIA 4: versão feminina Marcela

“O professor faz uma pergunta para Marcelo, mas não considera a resposta satisfatória. O professor, então, diz que Marcelo é burro e que não tem futuro. Marcelo agride o professor com um soco.”

O que Marcelo deveria sentir por ter reagido desta maneira com o professor?

() Nenhuma vergonha () Pouca vergonha () Vergonha () Muita vergonha () Extrema vergonha

HISTÓRIA 5: versão feminina Isis (adaptada de Schimith, 2013)

“Ícaro saiu de casa atrasado para ir à Universidade. Foi para o ponto de ônibus, que não demorou a chegar. Entrou no ônibus, que estava bem cheio. Ao tentar passar pela roleta, não se lembrou de que carregava uma mochila nas costas, então, ficou preso e, por alguns segundos, tentou se desprender, sem sucesso, enquanto as demais pessoas riam dele.”

O que Ícaro deveria sentir nessa situação?

() Nenhuma vergonha () Pouca vergonha () Vergonha () Muita vergonha () Extrema vergonha

HISTÓRIA 6: versão feminina Luciana (adaptada de Schimith, 2013)

“Lucas está na cantina sozinho. Vê, na mesa ao lado, uma pessoa com um tablet de última geração que ele quer muito adquirir, mas, devido à situação financeira dele (que não está boa), não pode comprar. Em determinado momento Lucas percebe que a pessoa foi embora e esqueceu o objeto em cima da mesa. Ele se levanta, muda de mesa e coloca o aparelho dentro da sua bolsa.”

O que Lucas deveria sentir por ter pegado o tablet para si?

() Nenhuma vergonha () Pouca vergonha () Vergonha () Muita vergonha () Extrema vergonha

HISTÓRIA 7: versão feminina Bruna

“Um grupo de Calouros vai a uma festa onde estarão vários alunos da universidade, e dentre eles está Bruno. A festa está agitada e todos bebem muito e Bruno acaba se afastando do grupo. Ele fica muito bêbado e começa a ficar zozinho. Um grupo de desconhecidos se aproxima dele e o leva para fora da festa. Bruno não consegue evitar, nem protestar. Eles o sequestram, batem nele e o abandonam em outro local.”

O que Bruno deveria sentir por estar nessa situação e não poder se defender?

() Nenhuma vergonha () Pouca vergonha () Vergonha () Muita vergonha () Extrema vergonha

HISTÓRIA 8: versão feminina Márcia e Aline

“Para uma disciplina de um curso universitário, a avaliação do semestre é um trabalho em dupla. Marcos e Alan ficaram de realizar a referida tarefa juntos. Nos dias marcados para se realizar a avaliação, Marcos compareceu, mas não fez nada, deixando tudo para Alan fazer. No final, o nome de ambos foi para o trabalho.”

O que Marcos deveria sentir por ter deixado todo o trabalho para Alan?

() Nenhuma vergonha () Pouca vergonha () Vergonha () Muita vergonha () Extrema vergonha

HISTÓRIA 9: versão feminina Jaqueline (adaptada de Camus, 2000)

“Jacques é de origem economicamente desfavorecida, órfão de pai e é criado por uma mãe de pouca escolaridade, que trabalha como empregada doméstica. Ele é admitido, por meio de um concurso, numa escola onde predominam alunos de classe média e classe alta. No primeiro dia de aula, ele deve preencher um formulário em que, entre as diversas informações

solicitadas, deve registrar a profissão de sua mãe. Neste momento, Jacques sente vergonha da profissão da mãe.”

O que Jacques deveria sentir por ter se envergonhado da profissão de mãe?

Nenhuma vergonha Pouca vergonha Vergonha Muita vergonha Extrema vergonha

Apêndice C.

Termo de consentimento (questionário)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Juízo Moral: um estudo sobre o sentimento de vergonha

Pesquisadoras responsáveis: Mayara Gama de Lima (mestranda do PPGP) e Dr^a.
Heloisa Moulin de Alencar (professora orientadora)

Telefones para contato: (27) 99242-4371 ou (27) 9880-7256 (pesquisadora Mayara); (27) 4009-2501 (PPGP), (27) 4009-2430 (Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - Goiabeiras, e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com)

Informações sobre o participante:

Nome: _____

Idade: _____

RG: _____

Aceito participar desta pesquisa por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso do estudo. Fui informado de seus objetivos acadêmicos, que, em linhas gerais, dizem respeito ao Juízo moral de universitários, sendo esta uma primeira etapa de pesquisa, a aplicação do questionário, e que posteriormente posso ser convidado a participar da segunda etapa da pesquisa, a saber uma entrevista. Fui esclarecido (a) de que o estudo segue padrões éticos, sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, e que não apresenta riscos para os participantes, além de manter o completo sigilo das informações coletadas. Fui informado (a), ainda, que os resultados da pesquisa serão divulgados em congressos e periódicos especializados, contribuindo, assim, para a ampliação do conhecimento a respeito do tema investigado. Estou ciente, por fim, da liberdade e do direito que possuo em desistir de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem prejuízo ou risco de sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Eu, _____, ao me considerar devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo deste Termo de Consentimento, e da pesquisa a ele vinculada, expresse livremente meu consentimento para minha participação neste estudo. Estando, portanto, de acordo, assinam o Termo de Consentimento em duas vias.

Concordam com a realização da pesquisa descrita nesse documento, conforme os termos nele estipulados.

Participante

Responsável pela coleta de dados
Vitória, ____ de _____ de 2014.

Apêndice D.

Termo de consentimento (entrevista)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Juízo Moral: um estudo sobre o sentimento de vergonha

Pesquisadoras responsáveis: Mayara Gama de Lima (mestranda do PPGP) e Dr^a. Heloisa Moulin de Alencar (professora orientadora).

Telefones para contato: (27) 99242-4371 ou (27) 99880-7256 (pesquisadora Mayara); (27) 4009-2501 (PPGP), (27) 4009-2430 (Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - Goiabeiras, e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com).

Informações sobre o participante:

Nome: _____

Idade: _____

RG: _____

Aceito participar desta pesquisa por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso do estudo. Fui informado de seus objetivos acadêmicos, que, em linhas gerais, dizem respeito ao Juízo moral de universitários, sendo esta a segunda etapa da pesquisa, a realização da entrevista, que será gravada em áudio para posterior transcrição. Fui esclarecido (a) de que o estudo segue padrões éticos, sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, e que não apresenta riscos para os participantes, além de manter o completo sigilo das informações coletadas. Fui informado (a), ainda, que os resultados da pesquisa serão divulgados em congressos e periódicos especializados, contribuindo, assim, para a ampliação do conhecimento a respeito do tema investigado. Estou ciente, por fim, da liberdade e do direito que possuo em desistir de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem prejuízo ou risco de sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Eu, _____, ao me considerar devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo deste Termo de Consentimento, e da pesquisa a ele vinculada, expresso livremente meu consentimento para minha participação neste estudo. Estando, portanto, de acordo, assinam o Termo de Consentimento em duas vias.

Concordam com a realização da pesquisa descrita nesse documento, conforme os termos nele estipulados.

Participante

Responsável pela coleta de dados

Vitória, ____ de _____ de 2014.

Apêndice digitalizado.
